

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA**

MURILLO MEDEIROS DE GODOI

**ALEXIS DE TOCQUEVILLE: A DEMOCRACIA ENTRE A LIBERDADE
E A IGUALDADE**

GOIÂNIA

2020

MURILLO MEDEIROS DE GODOI

**ALEXIS DE TOCQUEVILLE: A DEMOCRACIA ENTRE A LIBERDADE
E A IGUALDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu*- Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Cultura e Poder. Linha de Pesquisa: Poder e Representações.
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Sugizaki.

GOIÂNIA

2020

G588a Godoi, Murillo Medeiros de
Alexis de Tocqueville : a democracia entre a liberdade
e a igualdade / Murillo Medeiros de Godoi.-- 2020.
72 f.; il.

Texto em português, com resumo em inglês.
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade
Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores
e Humanidades, Goiânia, 2020

Inclui referências: f. 68-72

1. Tocqueville, Alexis de, 1805-1859. 2. Democracia.
3. Igualdade. 4. Liberdade. I.Sugizaki, Eduardo. II.Pontifícia
Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação
em História - 2020. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 321.7(043)

ALEXIS DE TOCQUEVILLE: A DEMOCRACIA ENTRE A LIBERDADE E A IGUALDADE

Dissertação aprovada em 23 de março de 2020, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo Sugizaki
PUC Goiás / Presidente



Prof. Dr. João da Cruz Gonçalves Neto
UFG / Examinador Externo



Profa. Dra. Helena Esser dos Reis
UFG / Examinadora Externa

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros
PUC Goiás / Suplente

Profa. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto
PUC Goiás / Suplente

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus e a minha família. A todos aqueles que direta ou indiretamente me incentivaram nessa caminhada, de modo especial ao meu Professor-Orientador Dr. Eduardo Sugizaki.

Agradeço ao corpo docente do Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa estudos que me possibilitou cursar nesse Mestrado e concluí-lo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: DEMOCRACIA – LIBERDADE E IGUALDADE	14
1.1- Um pouco da figura de Tocqueville e seu contexto histórico	15
1.2- A liberdade como horizonte.....	16
1.3- A democracia como expectativa	22
1.4- Os fundamentos da democracia	29
1.5- Os dispositivos da democracia.....	35
CAPÍTULO II: CENTRALIZAÇÃO – VIOLAÇÃO DA LIBERDADE	45
2.1 – A Revolução e a Historiografia	46
2.2 – O poder político	52
2.3 – Revolução e religião: A perspectiva de Tocqueville	55
2.4 – O Liberalismo em Tocqueville	59
2.5 – Centralização e os rumos da democracia moderna.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo refletir o pensamento de Alexis de Tocqueville no que tange à democracia, bem como a liberdade e igualdade e os perigos da centralização administrativa. O estudo é eminentemente uma pesquisa bibliográfica. Utilizaremos como fontes, o Tomo I da obra “*A Democracia na América*”, da qual abordaremos a relação entre liberdade e igualdade, questões fundamentais para entender o pensamento de Tocqueville no que tange à democracia. E a obra “*O Antigo Regime e a Revolução*”, em que o autor fomenta seus preceitos sobre liberdade e política. Essa obra é destacada em nosso estudo pois, é onde o autor apresenta suas ideias sobre a democracia, e os perigos da centralização administrativa na França.

Palavras-Chave: Democracia; Igualdade de condições; Liberdade; Centralização; História Política.

ABSTRACT

The present study aims to reflect Alexis de Tocqueville's thinking regarding democracy, as well as freedom and equality and the dangers of administrative centralization. The study is eminently a bibliographic research. We will use, as sources, Tome I of the work "Democracy in America", from which we will approach the relationship between freedom and equality, fundamental questions to understand Tocqueville's thinking regarding democracy. And the work "The Old Regime and the Revolution", in which the author promotes his precepts on freedom and politics. This work is highlighted in our study because it is where the author presents his ideas about democracy, and the dangers of administrative centralization in France.

Key words: Democracy; Equal conditions; Freedom; Centralization; Political History.

“ É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como está, exhibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir. É precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso.” (BERSTEIN, 2003, p. 61).

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa discutir o pensamento de Tocqueville acerca da democracia, da liberdade, da igualdade de condições e os perigos da centralização governamental, apresentando as ideias e estruturas que possibilitaram às ciências humanas, sobretudo à filosofia política, tratar as formas de organização política e social da humanidade. Liberdade, igualdade e democracia são o alicerce das ideias políticas fundamentais para o pensamento tocquevilleano.

Tocqueville buscou ao longo dos anos, apresentar mecanismos e formas de luta por justiça e igualdade que estão diretamente ligadas ao próprio desenvolvimento da história humana ao longo do tempo. Desta forma, pensar a democracia e seu papel na sociedade moderna, a partir de Tocqueville é um estímulo extremamente positivo, pois ao utilizarmos as ideias presentes em suas obras observamos um vasto universo de páginas redigidas pelo autor que buscam o entendimento sobre o que seja a democracia. Sua busca por compreender uma sociedade na qual a igualdade de condições e liberdade política eram as bases de um regime político em que todas as pessoas tinham possibilidades de escolha, estão presentes nesse estudo. Elementos como as Reformas sociais, aumento de impostos, líderes políticos autoritários, falta de emprego, censura da imprensa e tantos outros problemas são constantes nos dias atuais. O pensamento de Tocqueville, já alertava para essas problemáticas da busca por igualdade de condições e liberdade ao ponderar sobre os limites da democracia em seu tempo.

O objetivo geral de nosso estudo é compreender o pensamento de Tocqueville acerca da democracia, tendo por referência seu estudo em solo americano, bem como as causas e perigos da centralização governamental na França pós-Revolução e sua ameaça à democracia, utilizando-se das obras “*O Antigo Regime e a Revolução*” e “*A democracia na América*” – Tomo I. Para tal temos que discutir outros dois conceitos fundamentais presentes nas duas obras: liberdade e igualdade.

Para Tocqueville as sociedades que anseiam pela democracia devem ter em foco que o risco da busca implacável pela igualdade de condições não conduza as sociedades a regimes políticos despóticos. Tocqueville elucidou os conceitos de liberdade e igualdade, tendo como estudos de caso a França revolucionária e os

Estados Unidos da América em viagem realizada entre 1831-1832. Ao observar as realidades das respectivas nações o autor pode destacar as contradições e dilemas resultantes da busca pela democracia. É importante destacar que Tocqueville não propôs em seus estudos uma definição acerca do conceito de democracia, o que para nosso estudo é algo enriquecedor, uma vez que as possibilidades de análise são ampliadas. O autor em ambas obras aqui estudadas, não tem como objetivo apresentar a definição cabal do conceito de democracia. Isso se deve à complexidade das relações entre passado e presente, isto é, uma Europa ainda ligada ao sistema político centralizado e limitado e uma jovem nação Norte-Americana que buscava trilhar uma nova forma de sociedade. Esse embate, é constante no pensamento de Tocqueville. Em nosso entendimento é esse dilema intrigante que torna o pensamento de Tocqueville fundamental.

Para Tocqueville, a liberdade só seria possível mediante uma prática política consciente e delineada. Portanto, esperar passivamente por justiça, igualdade, fraternidade e direitos sociais era continuar no erro mesmo após o movimento revolucionário, uma vez que as amarras do Antigo Regime ainda estavam fixadas no imaginário das massas. Tocqueville destaca que seria preciso uma nova revolução de cunho eminentemente social, a qual, segundo o autor, construiria uma coerência entre as relações humanas permitindo dessa forma a fomentação da democracia.

Partindo da leitura da obra *Apologia da história ou o ofício de historiador do historiador* de Marc Bloch, nossa pesquisa tem como referência o caráter didático metodológico do autor ao explicar sobre qual o papel e o trabalho do historiador. O historiador, seja ele narrador do passado ou narrador expectador daquilo que vê é fundamental para a historiografia científica. O historiador ao demonstrar as vitórias, feitos, embates, mudanças sociais e revoluções tem o papel de levar até aos seus contemporâneos uma descrição minimamente objetiva daquilo que está entendendo como acontecimento histórico. Dessa forma, o historiador em seu ofício, tem o papel social de suma importância, pois ao olhar para o passado ele visa, ainda que de maneira breve, aquilo que de importante deve ser destacado bem como suas influências no presente. Dessa forma, a ligação entre a prática do historiador com suas fontes é o ponto comum entre os principais autores e comentadores com o pensamento de Tocqueville. Ao articular uma ideia na qual a

política torna-se um elemento presente nas mais variadas formas de organização social, Tocqueville - ajudou a inaugurar o liberalismo. Dessa forma é da questão do poder que se trata no campo da política, e este é o combustível do motor social moderno.

Nosso estudo é eminentemente de pesquisa bibliográfica. O mesmo foi construído em dois capítulos, que em nossa visão melhor apresenta o tema objeto do estudo, bem como a problematização proposta, além de permitir ao leitor ter contato com as características de cada obra do autor aqui discutida. Tem como foco distinguir a centralização política da centralização administrativa.

No primeiro capítulo, intitulado *Democracia – Liberdade e Igualdade*, utilizamos como fonte principal o Tomo I da obra *A Democracia na América*. Abordaremos a relação entre liberdade e igualdade tendo como centro do debate o caso dos Estados Unidos da América, questão fundamental para entender as teses de Tocqueville no que tange a democracia. Nesse primeiro momento, é apresentado o autor enquanto indivíduo em meio as perturbações vividas pela França. Após essa apresentação, partimos para a leitura do autor sobre os conceitos de liberdade e democracia, visando apresentar ao leitor aquilo que entendemos como fundamentos da democracia. Tocqueville, ao olhar para os Estados Unidos da América, observa uma forte centralização governamental e inexistência da centralização administrativa. Desta foram, a descentralização administrativa deu um ar de liberdade comunal em solo norte-americano,.

No segundo capítulo, *Centralização – Violação da Liberdade*, o foco são os dois primeiros tomos da obra “*O Antigo Regime e a Revolução*”, em que o autor fomenta seus preceitos sobre liberdade e política. Para entender o pensamento de Tocqueville se faz necessário distinguir centralização governamental e da centralização administrativa. Tocqueville pensa como centralização governamental o poder de regular tudo o que é inerente aos interesses gerais de um país, portanto, elaborar leis gerais e estabelecer relações exteriores; já a centralização administrativa é vista por Tocqueville como colocar sobre a guarda de uma única organização o poder de regimentar o que é exclusivo de cada região do país. Assim, Tocqueville vê a centralização governamental como necessária, afim de garantir um Estado forte e próspero, porém, a centralização administrativa tira a liberdade existente em cada região do país. Tocqueville apresenta a situação da França de

Luís XIV, onde segundo o autor ocorreu maior centralização governamental até então. Dessa forma, o governo revolucionário teria sido o implementador histórico dessa centralização. Assim, Tocqueville em “*O Antigo Regime e a Revolução*”, realiza uma análise sobre o processo revolucionário francês e percebe que a centralização administrativa fomentada já no Antigo Regime é herdada pelo governo pós-revolução.

CAPÍTULO I

DEMOCRACIA – LIBERDADE E IGUALDADE

Em sua viagem pelos Estados Unidos Da América, Tocqueville pode perceber *in loco* o avanço do processo de igualização e participação política, o que, o ajudou em sua conceituação em relação a cidadania e política. Para Tocqueville, o “governo da maioria” representava a estrutura e dinâmica de todo o corpo social americano. Para o autor, a existência da democracia era pautada pela existência da liberdade. Na visão do autor, era nuclear a existência de liberdade e igualdade para as formas de governo no futuro. A Revolução Francesa havia rompido com as barreiras sociais vigentes até então, o que representou uma mudança de paradigma social. A Revolução, então, seria o exemplo cabal da busca de um povo por uma condição social mais igualitária e justa.

Para Tocqueville, a América foi a nação cujo processo democrático havia tido seu desenvolvimento mais avançado. Tal entendimento, por parte do autor sustentava-se em duas bases vitais: a primeira, na ausência de superioridade social por parte daqueles que colonizavam a jovem nação americana e a segunda na divisão em pequenos lotes de terra para todos os colonos que quisessem trabalhar. Na visão do autor, esses eram elementos fundamentais para a consolidação daquilo que o mesmo chamava de “igualdade de condições”. Essa igualdade de condições era o Norte a ser seguido por toda nação que almejasse a democracia. Nas palavras do autor, esse fato em especial era aquele em que sua atenção esteve voltada durante o período que esteve em solo Norte-Americano:

Entre os novos objetos que me chamaram a atenção durante minha permanência nos Estados Unidos nenhum me impressionou mais do que a igualdade de condições. Descobri sem custo a influência prodigiosa que exerce esse primeiro fato sobre o andamento da sociedade; ele proporciona ao espírito público certa direção, certo aspecto às leis; aos governantes, novas máximas e hábitos particulares aos governados (TOCQUEVILLE, 2005, p. 7).

Todo o entusiasmo de Tocqueville em relação ao processo de igualdade que presenciou na América, se revela na crença de que a igualdade era um elemento notável daquela nação e que esta fomentava a passos largos a soberania

absoluta de seus cidadãos, dando aos mesmos a possibilidade de participação na escolha dos legisladores e na elaboração e execução das leis. Em suma, o povo era responsável pelos rumos que a nação tomaria, isto é, era essa a base de um governo representativo.

Esse capítulo tem por objetivo apresentar ao leitor, a importância da viagem de Tocqueville a América, suas origens pessoais e os desafios em se estabelecer um regime político e social pautado pela liberdade e pela democracia.

1.1- UM POUCO DA FIGURA DE TOCQUEVILLE E SEU TEMPO HISTÓRICO

Para melhor entendimento acerca do pensamento de Tocqueville, no que tange a democracia, é mister ter em foco seus posicionamentos sobre igualdade e liberdade. Para tal, caber aqui um espaço para o estudo de seu contexto histórico bem como de suas experiências como cidadão contemporâneo.

Alexis de Tocqueville nasceu em 29 de junho de 1805 em Paris, França. Filho de uma família nobre e de poder financeiro, Tocqueville teve acesso a boa educação sendo graduado em Direito e atuando como jurista, sociólogo e historiador. O autor realizou viagens, o que lhe permitiu ter contato com quadros sociais e políticos variados. Em 1831, Tocqueville foi aos Estados Unidos da América, com um plano de um estudo acerca do sistema prisional americano. Em 1832, escreveu sobre o que havia visto: a suposta democratização de uma sociedade na qual todos, com exceção dos escravos, eram iguais perante a lei, independentemente da origem social. Publicou sua obra, "*A Democracia na América*" (1835-1840). Nesta obra, Tocqueville especulou sobre a natureza essencial da própria democracia, suas vantagens e perigos. Interpretou o regime democrático como uma necessidade histórica resultando inevitavelmente da difusão da ideia de igualdade. Em 1856, publicou "*Antigo Regime e a Revolução Francesa*", considerada por muitos críticos a melhor análise sobre a Revolução Francesa. Em seu país natal, atuou como Juiz-Auditor em Versalhes, tentou o cargo no legislativo em 1837, sendo em 1849 indicado pelo então presidente eleito Luís Napoleão, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Seu falecimento foi em 1859 em solo francês.

Tocqueville foi um pensador que não abria mão de seus pontos de vista facilmente. Seu pensamento rompeu o seu tempo e seu local de fala, seus estudos

são lidos e discutidos até os dias atuais, o que valida a relevância e importância do autor para o mundo moderno atual. Pierre Manent (1990), em sua obra "*História Intelectual do Liberalismo*", ao ponderar sobre a obra de Tocqueville, aponta que o autor teve seu campo de estudo limitado pelo momento que a França passava no século XIX. Para Manent (1990), essa experiência vivida por Tocqueville, isto é, o período mais conturbado da História francesa durante o referido século e pouco tempo após a Revolução Francesa, foi fundamental para o interesse de Tocqueville pela Revolução.

Destacamos a importância de Alexis de Tocqueville ao examinar as contradições e inquietações sociais e políticas da França, quando escreveu sobre o absolutismo que vigorou na França entre os séculos XVI e XVIII, período conhecido como Antigo Regime - ou *Ancien Régime*, para os franceses. O ápice do absolutismo francês ocorreu sob o reinado de Luís XIV, o *Rei Sol*. Seu extenso governo foi o modelo acabado do Antigo Regime francês, tendo influenciado outras monarquias europeias e suas contemporâneas, fato que na visão de Tocqueville inibiu o avanço da liberdade em toda Europa.

1.2 - A LIBERDADE E IGUALDADE COMO HORIZONTE

Pensar sobre o conceito de liberdade é sem dúvidas uma das tarefas mais complexas e instigantes, seja por seu caráter filosófico, conceitual ou mesmo moral. Em nossa visão, o sentimento e o desejo de liberdade, traços culturais da contemporaneidade que a Revolução Francesa inicia, são baseados em vontades individuais e coletivas, portanto, algo ou alguém só é livre quando rompe os limitadores políticos e condenações. Questões de dogma político ou religioso são fundamentais na formação do imaginário da modernidade.

Tocqueville ao argumentar acerca das práticas políticas de seu tempo divergiu em muito das correntes metodológicas dos pensadores do início do século XVIII. Nesse sentido, destacamos a análise do historiador e filósofo francês Jean-Claude Lefort (1924-2010). Lefort (1999,) apresenta uma leitura da estética narrativa de Tocqueville, na qual o autor buscou ser combativo e defensor de seus pontos de vista. Essa característica de Tocqueville, de acordo com Lefort (1999), não só permitiu ao mesmo passar uma ideia de controle metódico em sua forma de

escrita como também mostrou que a rigidez metodológica dava clareza e fluidez em seus questionamentos.

O questionamento sobre o posicionamento político de Tocqueville ainda hoje, é um tema instigante. Seria ele um conservador? Um liberal convicto? Um radical que buscava a convulsão social? Todas essas perguntas podem ser tomadas como problemas, porém em nosso estudo entendemos Tocqueville como um aristocrata que usou todo seu lastro intelectual em prol da compreensão da democracia. Para Tocqueville, o espírito da liberdade era algo a ser pesquisado, sendo a Revolução algo tão grandioso e singular que seu entusiasmo ao escrever é límpido:

Foi o acontecimento realmente tão extraordinário quanto seus contemporâneos o consideravam outrora? Tão incrível, tão profundamente perturbador e renovador quanto o supunham? Qual foi o verdadeiro sentido, qual foi o verdadeiro caráter, quais são os efeitos permanentes desta estranha e terrível revolução? O que foi exatamente que destruiu? O que foi que criou? Parece que chegou a hora de pesquisar tudo isto e dizê-lo e que nos encontramos hoje neste ponto exato de onde melhor se pode aperceber e julgar este grande todo: bastante afastados da Revolução para só sentir fracamente as paixões que turvaram a visão daqueles que a fizeram, mas bastante próximos para podermos entrar no espírito que a trouxe e para compreendê-la (TOCQUEVILLE, 1997, p. 52-53).

No excerto acima, percebemos que a Revolução Francesa é acima de tudo um estopim para democracia, trouxe também questionamentos e dúvidas. O autor, via a democracia como algo que não poderia ser parado, dessa forma o passado no qual a aristocracia e o conservadorismo ditavam as regras do jogo, não podiam coexistir com um regime democrático, no qual a liberdade e a igualdade eram os anseios fundamentais do povo Francês antes e pós-Revolução. Somado a isso, a racionalidade social, principal característica dos pensadores iluministas do século XVIII, eram, segundo Tocqueville, a saída para que a democracia, ainda jovem, não caísse na disputa de pequenos grupos ou mesmo no individualismo, e sim que contemplasse a totalidade social. Era preciso estabilidade política para o avanço da democracia.

O iluminismo que foi um movimento cultural, intelectual, político, econômico, social e filosófico nasceu no século XVIII em resposta ao absolutismo.

Essa corrente filosófica defendia a educação, a liberdade religiosa e acreditava no uso da razão como ferramenta capaz de fomentar a liberdade, a autonomia e emancipação político-social. Em nosso entendimento, não é possível caracterizar Tocqueville como um iluminista. Tocqueville, viveu longe do auge do pensamento iluminista, restando ao mesmo apenas a leitura crítica das ideias propostas pelos principais filósofos do movimento. Ao observar a “igualdade de condições”, Tocqueville percebeu as máximas do iluminismo como a consolidação de um Estado democrático de direito, uma vez que como a ascensão de uma burguesia urbana, o processo de ruptura com a aristocracia seria questão de tempo, o que inevitavelmente levaria a igualdade condições.

Tocqueville faz um estudo da sociedade francesa até o século XIX. Sua preocupação é mostrar como o caminho até à igualdade de condições e consequentemente a democracia seria longo e complexo. Para trás ficou o regime de privilégios e de castas do feudalismo somado ao poder absoluto e centralizador das monarquias. Dessa forma, para Tocqueville era irreversível o avanço da democracia, pois “querer deter a democracia pareceria então lutar contra Deus mesmo, e nada mais restaria as nações senão acomodar-se ao Estado social que lhes impõe a Providência” (TOCQUEVILLE, 2005, p.11).

Os dois principais conceitos para a discussão sobre a democracia na Ciência Social e Filosofia Política, são a liberdade e a igualdade. A democracia, só é possível mediante a boa convivência entre os conceitos. Nesse sentido, Tocqueville em seus estudos fazia uma leitura crítica de seu tempo e via na Revolução o espírito da França em busca de uma condição mais igualitária e com potencial, tal qual no caso dos Estados Unidos. Tocqueville buscou explicar o desenvolvimento da democracia americana com base na forte participação social, de modo que uma nova forma de organização social, não apenas no campo político e sim no desenvolvimento gradual das relações humanas, permitisse a todos uma melhora na condição de vida. A fascinação que Tocqueville tinha em relação aos Estados Unidos da América, no que tange a forma descentralizada de governo, tinha um respaldo nos efeitos político práticos que a medida permitia aos cidadãos. De acordo com o autor:

O que mais admiro na América não são os efeitos administrativos da descentralização, mas os efeitos políticos. Nos Estados Unidos, a pátria se faz sentir em toda a parte. É um objeto de solicitude desde a cidadezinha até a União inteira. O habitante se apega a cada um dos interesses de seu país como se fossem os seus. Ele se glorifica com a glória da nação; nos sucessos que ela obtém, crê reconhecer sua própria obra e eleva-se com isso; ele se rejubila com a prosperidade geral de que aproveita (TOCQUEVILLE, 2005, p. 107).

O ponto de vista de Tocqueville sobre a questão da igualdade, tem boa parte de sua fundamentação nos efeitos da descentralização política. Porém, Tocqueville afirmou que a noção de democracia, liberdade e participação política, eram sentimentos oriundos de estudos por parte dos cidadãos dos Estados Unidos da América.

Tocqueville, em seus estudos, pondera que todos os indivíduos deveriam em algum momento de sua existência ter contato com a liberdade, pois essa seria a base da vida em sociedade, alimentada por sonhos, metas e desejos. Sartre (1973), por sua vez aponta que o homem é um ser de escolha, como doutrina o existencialismo. Contudo, ele não pode escolher qualquer coisa. A escolha só lhe é possível num sentido: escolher. Mesmo quando não escolhe, ele escolhe. Como estudo de caso sobre essas linhas de pensamento sobre liberdade, retomamos a leitura de Tocqueville acerca do caso dos colonos ingleses na América:

Sempre fiquei admirado pelo fato que algo que tanto singulariza a Inglaterra entre todas as nações modernas, sendo o único fato que nos ajude a entender as particularidades de suas leis, de seu espírito e de sua história, não tenha chamado mais a atenção dos filósofos e estadistas e que o hábito o tenha tomado quase invisível aos olhos dos próprios ingleses. Foi muitas vezes meio percebido e meio descrito, mas parece-me que jamais dele tiveram uma visão clara e total. Visitando a Grã-Bretanha em 1739, Montesquieu escreve com acerto: "Estou aqui num país que se assemelha muito pouco com o resto da Europa". Mas nada acrescenta. O que então tornava a Inglaterra tão diferente do resto da Europa era menos seu parlamento, sua liberdade, sua publicidade, seu júri que algo ainda mais particular e eficiente. A Inglaterra era o único país onde em vez de alterar o sistema de casta chegaram a destruí-lo. Lá os nobres e os plebeus juntavam-se para fazer os mesmos negócios, escolhiam as mesmas profissões e, o que é muito mais significativo, casavam-se entre eles (TOCQUEVILLE, 1997, p. 109).

No excerto acima, Tocqueville chama atenção para uma questão fundamental, isto é, o fato de que na Inglaterra a própria nobreza se encarrega de destruir as castas abrindo caminho para uma monarquia constitucional parlamentarista, regime adotado até os dias atuais. Para Tocqueville, a soma da igualdade de condições e liberdade civil e política são necessariamente inseparáveis. Além disso, a citação ainda apresenta que as conquistas inglesas no campo político e social, foram fundamentais para a construção do imaginário daqueles que lutavam por liberdade, uma vez que de acordo com Tocqueville, a liberdade política e social dos cidadãos deveria ser resguardada e aperfeiçoada. Tocqueville, aponta o caso americano como fundamental para o restante do mundo, visto que as colônias inglesas tinham,

[...] entre si, na época do seu nascimento, extraordinárias semelhanças. Todas, desde o princípio, pareciam destinadas a oferecer terreno propício ao desenvolvimento da liberdade; não a liberdade aristocrática de sua pátria, mas a liberdade burguesa e democrática, de que a história do mundo de nenhum modo apresentava ainda um modelo completo” (TOCQUEVILLE, 2005, p.39).

O estudo de caso dos Estados Unidos da América era emblemático para Tocqueville, pois lhe permitiu elaborar uma compreensão do que seria liberdade humana¹. Em sua estada na América do Norte, um fato chamou sua atenção no que tange à igualdade de condições, uma vez que entre homens das mais diversas consciências, novos hábitos eram promovidos tanto por governantes como pelos governados. O papel do Estado era fundamental para a liberdade, constatou Tocqueville, portanto, caberia ao mesmo tomar e respeitar as vontades e anseios coletivos de sua população, garantindo dessa forma os avanços e melhorias sociais. De acordo com o autor, a melhor ferramenta para realizar a ponte entre população e o Estado, era certamente a liberdade política, que seria conquistada a duras penas. Segundo Tocqueville, o poder da democracia é tão grande que após ter destruído o feudalismo e vencido os reis, jamais poderá ser coagido, nem mesmo pela burguesia. Paradoxalmente, afirma Tocqueville, este liame existiu e permaneceu íntegro por séculos nas sociedades aristocráticas. Nela, as gerações

¹Para Tocqueville, a atuação política baseada no respeito e na complacência mútua eram as formas de realização da liberdade humana.

se sucediam, mas os vínculos sociais permaneciam os mesmos. A sobrevivência das instituições aristocráticas depende justamente da permanência desses vínculos de privilégios, de forma que cada indivíduo sempre se reconhece no contexto de alguma relação social.

Aprofundando nosso estudo, tomamos como ferramenta teórica as conceituações de liberdade em dois autores clássicos: Montesquieu e Maquiavel², autores fundamentais para Tocqueville em sua formação intelectual.

Para Maquiavel, a liberdade nasce na Renascença, período que compreende os séculos XI e XIV, instante que florescem as grandes cidades europeias e o comércio marítimo em escala mundial. Para o autor, a partir deste momento em ebulição se estabelece a liberdade, neste momento em que os Estados-Nacionais são organizados e ampliados. A partir do século XV, o Humanismo e o Renascimento tomam conta da Europa, as revoluções religiosas davam um ar de liberdade e o avanço da burguesia dava as bases para o desenvolvimento das cidades. Para Maquiavel, o sentido de liberdade está relacionado com a ação do homem, o autogoverno e da independência externa.

Já para Montesquieu, a liberdade significa fazer tudo aquilo que as leis permitem. Montesquieu, estabelece a relação entre a liberdade política do cidadão e o ordenamento político do Estado, tal qual no sistema de governo britânico, observado por ele em uma viagem à Inglaterra. Concluindo que a divisão de poderes em judiciário, executivo e legislativo, estabeleceria um equilíbrio de poderes com um sistema de freios e contrapesos, que não permitissem os abusos de poder. Ambos autores são claros ao afirmarem a necessidade de liberdade para o exercício da democracia, seja essa por vias legais ou por ações individuais. Tocqueville que escreveu séculos mais tarde sobre os dois autores, foi moderado ao absorver tais definições. Tocqueville adotou o paradigma liberal clássico da defesa intransigente da liberdade, mas acabou por denunciar aquilo que seria o próprio fundamento do pensamento liberal, o individualismo, e tudo o que ele

² Charles-Louis de Sécondat, conhecido como Montesquieu (1689-1755), foi um filósofo social e escritor francês. É o autor de "*Espírito das Leis*". Desenvolveu a ideia da separação dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Montesquieu é um dos nomes do pensamento iluminista, ao lado de Voltaire, Locke e Rousseau. Nicolau Maquiavel (1469-1527) foi um filósofo político, historiador, diplomata e escritor italiano.

representa em termos de constituição de uma sociedade marcada pela uniformidade e pelo conformismo.

É importante destacar que Tocqueville foi influenciado por Montesquieu e Maquiavel, o que é parte sensível no que tange a sua vocação pragmática em relação a análise política de seu tempo. É mister apontar que ambos autores viveram em épocas distintas, o que não impediu aos mesmos de terem reflexões de temas correlacionados: despotismo, liberdade e democracia.

Certamente a influência de Montesquieu e Maquiavel no pensamento de Tocqueville é percebida em sua compreensão sobre a estrutura e funcionamento de um governo republicano com bases democráticas, no qual há a harmonia entre indivíduo, estado e sociedade. A leitura de Tocqueville dos escritos dos referidos filósofos possibilitou ao autor sua elaboração da chamada sociedade democrática. No próximo tópico de nosso estudo, iremos aprofundar a leitura acerca da democracia como uma expectativa social.

1.3- A DEMOCRACIA COMO EXPECTATIVA

Nosso estudo versa sobre democracia e liberdade, temas fundamentais no pensamento de Tocqueville. Tomamos tal pensamento como fio condutor em nossa busca por entendimento dos conceitos de prática democrática e expectativa de liberdade. O quadro social e político presenciado por Tocqueville ao longo do tempo em que esteve nos Estados Unidos da América, era algo inédito para o autor, ao passo que foi o estímulo para o autor se dedicar na escrita de um livro sobre a prática política da referida nação.

Tocqueville ao estudar sobre o processo democrático americano, volta seus olhos para a própria história da França, na busca por um momento, um limiar, um exemplo de prática ou mesmo falas em prol da igualdade democrática. O que o autor encontrou ao longo dos estudos sobre a França, foi um avanço gradativo da queda do poder e prestígio da nobreza e um lento e permanente avanço de uma plebe que se convertia no que seria chamado de burguesia urbana. Nas palavras do autor, tal estudo deu clareza sobre a problemática acerca da igualdade:

As cruzadas e as guerras dos ingleses dizimam os nobres e dividem suas terras; a instituição das comunas introduz a liberdade

democrática no seio da monarquia feudal; a descoberta das armas de fogo igualiza o vilão e o nobre no campo de batalha; a imprensa proporciona recursos iguais à inteligência de ambos; o correio vem depositar a luz tanto à soleira do casebre do pobre como à porta dos palácios; o protestantismo sustenta que todos os homens têm igual possibilidade de encontrar o caminho do céu. A América, que se descobre, apresenta à fortuna mil novas alternativas e entrega ao obscuro aventureiro as riquezas e o poder. Se o leitor examinar o que acontece na França de cinquenta em cinquenta anos, a partir do século XI, não deixará de perceber, ao final de cada um desses períodos, que uma dupla revolução se produziu no estado da sociedade. O nobre terá baixado na escala social, o plebeu ter-se-á elevado; um desce, outro sobe. Cada meio século os aproxima, logo vão se tocar. (TOCQUEVILLE, 2005, p. 10).

Percebemos que os avanços sociais somados ao desejo de mudança do povo, eram consequência do avanço do tempo. Conforme o tempo avançava mais próxima a democracia ficava.

Os anos de 1835 e 1840, são de suma importância para entender o pensamento de Tocqueville. São as datas de publicação do primeiro e segundo tomo da obra "*A Democracia na América*". Obra na qual o autor apresenta em riqueza de detalhes a vida sócio-política dos Estados Unidos da América. A partir desse estudo, Tocqueville, ao retornar a Europa, procurou formas de explicar os rumos políticos do continente. Para o autor, a forma de avanço progressivo da igualdade seria algo de ordem providencial. Era um caminho sem volta, a democracia havia rompido com o feudalismo, reinados e certamente moldaria a burguesia urbana do início do século XIX. Nas palavras do autor:

A América é o único país em que se pôde assistir aos desenvolvimentos tranquilos e naturais de uma sociedade e em que foi possível precisar a influência exercida pelo ponto de partida sobre o futuro dos Estados. Na época em que os povos europeus desceram nas costas do novo mundo, os traços de seu caráter nacional já estavam bem estabelecidos; cada um deles tinha uma fisionomia distinta e, como já haviam atingido aquele grau de civilização que conduz os homens ao estudo de si mesmos, transmitiram-nos o panorama fiel de suas opiniões, de seus costumes e de suas leis (TOCQUEVILLE, 2005, p. 36).

Na citação acima, Tocqueville apresenta como os Estados Unidos da América fomentava o desenvolvimento da democracia. É importante destacar que nas observações feitas por Tocqueville na América, o caráter representativo dos

rumos do que era feito pelo governo era decidido de maneira coletiva. As assembleias dos cidadãos, presentes nas comunas, eram os espaços nos quais as decisões poderiam ser tomadas. As comunas americanas tinham como objetivo nomear os representantes que tinham como tarefa decidir quais as ações seriam feitas. Os chamados *Selects-men* eram responsáveis por levar as pautas à assembleia. Essa representatividade, segundo Tocqueville, aproxima governantes de governados. Nas palavras do autor:

Na Nova Inglaterra a maioria age por meio de representantes quando é necessário tratar dos negócios gerais do Estado. Era preciso que assim fosse. Mas na comuna, onde a ação legislativa e governamental é mais próxima dos governados, a lei da representação não é admitida. Não há conselho municipal; o corpo dos eleitores, depois de nomear seus magistrados, dirige-os ele mesmo em tudo o que não é a execução pura e simples das leis do Estado (TOCQUEVILLE, 2005, p. 73).

A organização em forma de comuna foi a primeira ação administrativa criada pelos imigrantes ao chegarem na Nova Inglaterra. Retomo as colocações de Reis (2006), que aponta a igualdade de condições como condição para a soberania popular, na qual a igualdade social e política é fundamentada no Estado democrático de direito. Essa soberania popular na visão da autora, advém da ideia da qual cada indivíduo e, por consequência cada povo tem o direito de ser livre e ter o domínio dos próprios atos.

Segundo Tocqueville, os povos democráticos demonstravam uma maior capacidade de busca permanente por igualdade e liberdade, fato que pode ser percebido na crescente recusa social aos modelos impostos pelas aristocracias europeias do século XVIII e início do XIX. Com o avanço democrático e por consequência das oportunidades individuais, o homem passou a olhar para si de maneira individualista. Dessa forma as altas classes tiveram que barganhar com a coletividade social, pois, de acordo com Tocqueville, a transformação social democrática era inevitável.

No momento em que esse efeito das leis e da revolução começou a se revelar a todos os olhos, a vitória já se havia irrevogavelmente pronunciado em favor da democracia. O poder estava, de fato, em suas mãos. Já não era nem sequer permitido lutar contra ela. As

altas classes submeteram-se, pois, sem murmúrio e sem combate a um mal dali em diante inevitável. Aconteceu com elas o que costuma acontecer com as potências que caem: o egoísmo individual apoderou-se de seus membros; como não podiam mais arrancar a força das mãos do povo e como não detestavam a multidão a ponto de aprazer-se em afrontá-la, não pensaram em outra coisa que não conquistar a qualquer preço seu beneplácito. Rivalizaram então em votar as leis mais democráticas, homens cujos interesses elas mais feriam. Dessa maneira, as altas classes não suscitaram contra si as paixões populares: elas mesmas apressaram o triunfo da nova ordem (TOCQUEVILLE, 2005, p. 67).

Para o autor, o processo democrático americano, em um dado momento oportuno, chegaria ao solo francês permitindo, portanto, a igualdade de condições. O alcance da democracia é variado em todos os setores da sociedade, as leis, visões e relações pessoais estão sujeitas às vontades e sentimentos eminentemente humanos. Igualdade e liberdade, eram a alma da democracia, Tocqueville percebeu que os dois conceitos se mesclavam de tal forma que tentar separar um do outro seria impossível.

Democracia, é certamente o ponto central do debate e preocupação. Conciliar igualdade e liberdade seria a chave para a consolidação de um regime democrático. Tema que ainda é amplamente discutido no meio político e social do homem contemporâneo, sendo este, tema de debates, livros, discursos dos mais variados países uma vez que os perigos de regimes políticos totalitários sempre se fazem presente. Uma das preocupações centrais de Tocqueville é tratar a democracia como um organismo vivo e sendo a ação do homem responsável por seu sucesso ou fracasso.

A soberania do povo é a manifestação política da forma social baseada na igualdade de condições. Por ela, todos são igualmente cidadãos e, portanto, gozam todos dos mesmos direitos políticos como membros componentes do corpo soberano. A igualdade de condições confere aos homens independência de pensamento e a possibilidade de decisão e de ação no espaço público. À medida em que a soberania do povo se avança, as implicações acerca da participação de cada cidadão nas tarefas políticas de legislar e executar as vontades do povo se fazem fundamentais. A opção pela mediania na compreensão conceitual da liberdade, demanda sobre a pesquisa uma dupla cautela. Da parte de Tocqueville, discutir a centralização política no Estado é uma tarefa intelectual e complexa. A

Revolução Francesa se torna sua continuidade de um longo processo histórico e não sua ruptura. As práticas do feudalismo ainda existiam, mas eram sentidas apenas como uma instituição civil e não política, embora em seus redutos mais próximos de Paris fosse ainda mais odiado.

Tocqueville aponta que, apesar das aparências, a Revolução não favorece a desordem e a anarquia, mas o fortalecimento do poder público. E, embora fosse um ato improvisado, nada mais era do que o complemento de um trabalho mais longo, a conclusão súbita e violenta de uma obra em que dez gerações de homens haviam trabalhado. A tentativa de fixar o sentimento de liberdade, sem qualquer limite que seja, atentaria contra a possibilidade de questionamento dos limites expressamente estabelecidos pela própria sociedade democrática. Tocqueville era um defensor da liberdade como um dos pilares fundamentais que sustentam a democracia. A marcha inexorável da igualdade, algo providencial, algo presente no nascimento do sentimento de nação deveria ser ponderada com o possível triunfo do individualismo. Reflete ainda Tocqueville que com o funcionamento das instituições democráticas, surge a possibilidade das pessoas em se lembrarem de que vivem em uma comunidade e, assim, os homens tendem a evitar um Estado despótico e tirano.

Jasmim (2005), pondera sobre essa preocupação de Tocqueville acerca da possibilidade do individualismo e conseqüentemente de governos despóticos. Segundo o autor, a igualdade de condições poderia em certa medida conduzir ao tipo de despotismo “chapa branca”, uma vez que tal igualdade poderia gerar um sentimento de indiferença cívica entre a população. Dessa forma, a emergência de um líder capaz de zelar por todo corpo social poderia ser um sentimento coletivo. Nas palavras de Jasmin:

Faz parte do processo de superação das estruturas hierárquicas a destruição dos tradicionais corpos intermediários de poder. Isto porque, sendo os indivíduos iguais, lhe parece “natural” uma autoridade única que trate de maneira uniforme todos ao mesmo tempo (JASMIM, 2005, p. 57).

O alcance da democracia é variado em todos os setores da sociedade, onde leis, visões e relações pessoais estão sujeitas aos desejos humanos. O método tocquevilleano de análise aborda todas as possibilidades na compreensão

deste fenômeno. Tocqueville apresenta no “Prefácio” de *O Antigo Regime e a Revolução* que os franceses fizeram na Revolução Francesa o maior esforço que nunca outrora fora visto:

Embora o antigo regime ainda se encontre bem perto de nós, já que vemos todos os dias homens nascidos sob suas leis. Ele dá a impressão de perder-se na noite dos tempos. A revolução radical que dele nos separa produziu o efeito de séculos: obscureceu tudo o que não destruiu. Hoje, portanto, pouca gente pode responder com exatidão a esta simples pergunta: Como era administrado o campo antes de 1789? A resposta não se encontra nos livros, e sim num estudo dos arquivos administrativos dessa época (TOCQUEVILLE, 1997, p. 73).

A preocupação de Tocqueville não se restringe a fatos isolados ou a momentos cruciais da História humana, mas a compreende como um movimento em que as partes emprestam ao todo a potencialidade de ser compreendida. Ao recorrer à História, Tocqueville não inaugura tal método de análise filosófica³. A natureza deste método que serve para penetrar nos emaranhados do fenômeno político e avaliar a realidade do seu tempo como realmente ela se apresenta, não é uma invenção tocquevilleana. Segundo Frey (2000), a liberdade só tem chances de perdurar quando compreendida como um bem em si mesmo.

O que, em todos os tempos, tão fortemente agarrou os corações de certos homens à liberdade é sua própria atração, seu encanto, independentemente de suas dádivas; é o prazer de poder falar, agir, respirar sem constrangimento sob o único Deus e de suas leis. Quem procura na liberdade outra coisa que ela própria foi feita para a servidão (TOCQUEVILLE, 1997, p. 160).

Nesse passo, os estudos do pesquisador José Otacílio da Silva (2006), apontam que Tocqueville fundamentou as bases do que o mesmo entendia como

³ Sobre a questão do método em Tocqueville é importante destacar a dificuldade em se apresentar os caminhos e meios cujo quais o autor se utilizou em seus escritos. Isso se deve a uma questão fundamental: A escassez de informações desse âmbito ao longo de suas obras. Não era uma das preocupações de Tocqueville expor suas orientações metodológicas, tal tarefa ficou reservada a seus comentadores. Como no caso, Felipe Gava Cardoso (2015 p. 158), que aponta seu caráter historiador ao diagnosticar seus “procedimentos técnicos de apreensão: quais são as fontes privilegiadas, o levantamento bibliográfico abrangente, a observação atenta às posições dos agentes nos mais diversos cenários políticos, enfim, quais as ferramentas de trabalho, o *modus operandi* do historiador”.

tipo ideal de democracia, no exemplo de participação política dos Estados Unidos da América. Segundo o pesquisador:

Tocqueville procurou destacar, conforme os propósitos de seus estudos, as características relevantes de seu objeto de estudo para construir o seu referencial teórico e, a partir daí, estabelecer as relações causais por meio da comparação entre as diversas realidades políticas. Com o primeiro procedimento, então, Tocqueville construiu o conceito de democracia destacando a liberdade e a igualdade como suas características básicas. Com base na noção de igualdade como elemento fundamental da democracia, Tocqueville pôde realizar as comparações entre a natureza da democracia americana, inglesa e francesa, tanto em seu estudo sobre a democracia na América, como em seu estudo sobre a relação entre o absolutismo e a Revolução Francesa (SILVA, 2006, p.252).

Silva (2006, p. 260) pontua que “a participação dos cidadãos no governo, da mesma forma, é de suma importância para despertar no indivíduo o interesse pelos negócios da comunidade e, assim, o seu sentimento patriótico e cívico”. Nesse sentido, o pesquisador Marcelo de Souza Cleto (2005), aponta para a dificuldade em delimitar os conceitos de democracia e sociedade. Cleto (2005, p.40) aponta “que a definição do substantivo sociedade se efetive requer da palavra democrática o cumprimento da função de adjetivação que lhe configura as suas qualidades”. Para o pesquisador, são das relações estabelecidas no centro de uma sociedade que nascem a prática democrática, visto que o desejo de fazer algo por contra própria em prol de toda sociedade se torna um sentimento democrático.

A compreensão de sociedade resultante de uma determinada situação social, e esta situação como a dinâmica interna de pesos e contrapesos, valores, normas e relações sociais, serão estes “singelos” atos fundamentais para o aparecimento de determinada sociedade na categoria almejado das sociedades democráticas. Tocqueville ao referir-se ao ímpeto do povo americano nos idos de sua Revolução, como: “o desejo de agir por si mesmo”, e estes desejos se transformaram em potência criadora, isto é, “os instintos democráticos despertaram; rompendo os jugos da metrópole, aspirava à independência sob toda forma” (CLETO, 2005, p. 40).

As colocações de Cleto (2005) e Silva (2006) são fundamentais para o entendimento daquilo que Tocqueville apontava como fundamentos da democracia.

A compreensão de Tocqueville acerca da chamada sociedade democrática era ativa e dinâmica. O corpo social tinha que exercer sua participação política de maneira permanente, visto que o interesse individual e por consequência coletivo, poderiam em maior ou menor grau tornar a democracia uma prática progressiva como também um regime autoritário. São esses fundamentos democráticos colocados por Tocqueville que discutiremos no próximo tópico.

1.4 – OS FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA

Como parte importante de nosso estudo, as discussões acerca da democracia presente nas obras de Tocqueville: “*A Democracia na América*” e “*O Antigo Regime e a Revolução*”, tem como principal objetivo apresentar os principais fundamentos do autor sobre a democracia e liberdade.

No entendimento de Tocqueville, nos Estados Unidos da América, a soberania popular estava presente e, acima de tudo, atuante. Na interpretação de Gustavo Caetano Pozzi da Cunha (2019), Tocqueville vê a soberania do povo como causa e fim último de todas as coisas, que dada a independência dos Estados Unidos da América, não existiria mais alguma barreira para a soberania popular:

Para o filósofo, quando a revolução americana explodiu, a soberania popular tomou conta das leis e a lei das sucessões transformou as influências de poder. A democracia ganhou força sem a resistência das classes dominantes. Essas, percebendo que não poderiam se opor a um governo popular, buscaram logo acelerar a instalação dessa nova ordem social que não se podia impedir. O sufrágio universal era algo inevitável, à medida que grupos de pessoas iam ganhando direitos políticos, outros reivindicavam seu alcance, e a cada concessão os limites do direito eleitoral eram diminuídos. O desejo dos que estavam à margem desse direito ia inflamando-se até o fatídico momento de sua aquisição. A soberania popular nos Estados Unidos da América, ao se concluir, estabeleceu-se como um princípio inviolável (CUNHA, 2019, p. 27).

Nesse sentido, Tocqueville apontava para o fato de a democracia ter em seu núcleo formador uma constante disputa entre o antigo e o novo, sendo fruto desse embate a liberdade, o liberalismo e o sentimento republicano com o qual a soberania popular democrática poderia ser exercida.

Esse poder é menos definido na França do que nos Estados Unidos; menos reconhecido, menos formulado nas leis; mas existe de fato. Na América, ele procede por eleições e decisões; na França, por revoluções. A França e os Estados Unidos têm, assim, apesar da diversidade de sua constituição, o ponto comum de que a opinião pública e, em última análise, o poder dominante. O princípio gerador das leis e, pois, para dizer a verdade, o mesmo nos dois povos, muito embora seus desenvolvimentos sejam mais ou menos livres num e noutro, e as consequências que dele se tiram sejam muitas vezes diferentes. Esse princípio, por natureza, e essencialmente republicano (TOCQUEVILLE, 2005, p. 140-141).

Tocqueville foi um dos principais estudiosos a realizar estudos sobre a democracia americana. Sua leitura sobre o Estado e a sociedade americana foram as bases para a fomentação da democracia em seus estudos, entendendo que a mesma seria inevitável e que, segundo o autor, conduziria a sociedade a era da isonomia. Para realizar seu estudo sobre a política e a sociedade americana, Tocqueville viajou por aproximadamente um ano pela América, o que possibilitou ter contato com as realidades da região norte, na Nova Inglaterra até a região sul, na cidade de Nova Orleans. Ao fim da jornada, Tocqueville tinha em suas mãos fontes para escrever a obra: *A Democracia na América*. Ao longo da obra um dos elementos que tem grande destaque é a liberdade de imprensa que a sociedade civil americana desfrutava sendo essa um dos principais elementos da democracia. Assim expõe o autor:

Confesso que não tenho pela liberdade de imprensa esse amor completo e instantâneo que se concede às coisas soberanamente boas de sua natureza. Aprecio-a em consideração muito mais pelos males que ela impede do que pelos bens que ela faz. Se alguém me mostrasse, entre a independência completa e a submissão inteira do pensamento, uma posição intermediária em que eu pudesse esperar manter-me, talvez me estabelecesse nela. Mas quem descobrirá essa posição intermediária? Você parte da liberdade de imprensa e caminha na ordem; que faz? Primeiro submete os escritores aos jurados; mas os jurados absolvem e o que não passava da opinião de um homem isolado se toma a opinião do país (TOCQUEVILLE, 2005, p. 207-208).

Segundo Jasmim (2005), Tocqueville tinha na liberdade de imprensa um núcleo para a democracia, mas isso não tinha caráter definidor para o conceito.

Mesmo que se busque uma resposta definitiva para o que é a democracia nas obras de Tocqueville, encontrá-la é uma tarefa improvável, pois o autor não se propõe a tal, visto que de maneira objetiva definir um conceito ou termo é negar outras leituras, interpretações e visões do que se pode apontar como democracia. Jasmin (2005), aponta para a dificuldade de conceituar democracia no pensamento de Tocqueville:

Quando Tocqueville tentou formalizar conceitualmente esta intuição, recorreu à palavra democracia, corrente na tradição política para referir-se a uma forma de governo e significar governo do povo. Mas a empregou com sentido não tão usual para referir-se a uma forma de sociedade. A rigor, o conceito permaneceu sem uma definição satisfatória e, apesar das inúmeras tentativas de Tocqueville, manteve uma inequívoca polissemia. Entretanto, é forçoso reconhecer que, em meio à pluralidade de significados, predominou no sistema conceitual a conotação associada ao que chamou certa vez 'uma maneira de ser da sociedade', por oposição à definição mais estreita que se referia à soberania do povo, ao direito político e à forma de governo (JASMIM, 2005, p. 41).

“Analiticamente, o conceito foi utilizado em dois níveis distintos, nem sempre suficientemente diferenciados: um histórico-empírico e outro teórico” (JASMIM, 2005, p.41). Nesse sentido, Reis (2006) discute a possibilidade de Tocqueville, ter tratado a democracia sob o prisma das virtudes e vícios, nos quais igualdade e democracia estariam em descompasso. Reis (2006), parte de uma análise na qual Tocqueville pautou o estudo sobre democracia e liberdade a partir da capacidade do homem em viver coletivamente. Leis, opiniões, visões de mundo, propriedade privada entre outros valores coletivos e individuais, estavam sujeitos aos parâmetros de um regime democrático, uma vez que um grupo, povo ou país compartilham das mesmas paixões sociais. A conceituação teórica de Tocqueville sobre democracia, é estruturada em dois princípios gerais: igualdade de condições e liberdade. De acordo com a pesquisadora, tais elementos são fundamentais para entender Tocqueville e sua visão democrática. Desta forma, Reis afirma que

Apesar de reconhecer as dificuldades, Tocqueville sabe que democracia exige a responsabilização de todos na construção das condições de respeito a igual liberdade de cada um; e a entende, fundamentalmente, como um estado social de igualdade de condições regido por uma forma de governo na qual o povo é o soberano, associando, deste modo, igualdade e liberdade.

Igualdade social significa que toda a diferença existente (seja econômica, intelectual ou política) é apenas circunstancial, passível de mudança e radicalmente oposta à submissão de uns aos outros. Eis porque, segundo Tocqueville, a igualdade de condições é um princípio constitutivo da ordem democrática, que afeta a propriedade, os costumes, a opinião e também a esfera política (2006, p.116).

Tocqueville, esteve preocupado com os limites e condicionamentos para a chamada “igualdade de condições”, visto que a mesma teria em seu bojo alterações em todos os campos da sociedade. Para Tocqueville, o desenvolvimento e manutenção da igualdade de condições só seria possível em um ambiente democrático, no qual a identificação e preservação da liberdade seriam fundamentais. Para Gaspar (2005), a originalidade de Tocqueville foi ter identificado o movimento democrático como a mudança decisiva e significativa para a sociologia.

Na sociologia política de Tocqueville, a modernidade não se caracteriza essencialmente nem pela indústria, como quer Comte, nem pelo capitalismo e pela luta de classes, como quer Marx, mas pela ‘igualdade social das condições (GASPAR, 2005, p.1).

Essa originalidade de pensamento que Gaspar (2005) apresenta, é também comentada por Jasmim (2005), que trata o pensamento de Tocqueville com base na relação entre causa e efeito e seus impactos na sociedade democrática. Jasmim (2005) aponta que:

No primeiro deles, que *grosso modo* se estende de 1828 a 1840, prevalece uma tensão não resolvida entre uma perspectiva da história como processo de longo curso que conforma a moderna democracia e que escapa à interferência humana, e uma necessidade existencial, ética e política, de afirmar a eficácia da ação individual e coletiva sobre os destinos da nação e da história. A partir do trabalho de leitura dos textos sobre a história da Inglaterra, sobre o pauperismo e sobre o desenvolvimento providencial da democracia na obra “americana”, evidencia-se a construção de três soluções distintas com as quais Tocqueville tentou resolver a tensão entre determinação e vontade. O segundo momento de sua produção intelectual relevante, que se inicia com a escrita das lembranças sobre os anos de 1848-1851 e se prolonga até a sua morte em 1859, constitui uma quarta solução historiográfica cuja melhor expressão se encontra em seu trabalho sobre o antigo Regime. Nos *Souvenirs*, que podem ser lidos como

um marco da transição da vida parlamentar e ministerial de Tocqueville para a retomada de suas atividades intelectuais sistemáticas, a crônica dos eventos e a análise da conjuntura do período revolucionário de meados do século XIX acentuam a concepção da eficácia da ação e da responsabilidade ética dos indivíduos perante a história, deixando entrever o início de uma nova tentativa de resolução da tensão entre processo e ator. Em *L'ancien Regime et la Révolution*, que é obra propriamente historiográfica, Tocqueville apresenta uma arquitetura de temporalidades que, combinando longa e curta durações com causas gerais e particulares, tenta garantir um lugar privilegiado à vontade política de grupos e indivíduos, sem abandonar a concepção “trágica” de uma história multissecular (p. 25).

Ambos comentadores, apresentam as características do pensamento de Tocqueville, bem como sua importância para as ciências humanas. Com o advento e consolidação da democracia, Tocqueville pondera sobre o fato da luta inexorável dos povos rumo a liberdade comunais da sociedade. O autor usa como exemplo os Estados Unidos que para ele seria uma nação hegemônica em um futuro não muito distante.

Há hoje na Terra dois grandes povos que, partindo de pontos diferentes, parecem avançar rumo ao mesmo objetivo: os russos e os anglo-americanos. Ambos cresceram na obscuridade e, enquanto os olhares dos homens estavam ocupados em outras partes, colocaram-se de repente na linha de frente das nações, e o mundo tomou conhecimento quase ao mesmo tempo de seu nascimento e de sua grandeza (TOCQUEVILLE, 2005, p. 476).

Tocqueville afirma que os Estados Unidos é o único país onde seria possível assistir ao desenvolvimento natural e silencioso de sua sociedade, de maneira que seja fácil conhecer seu ponto de partida e ver a influência que exerceu sobre seu desenvolvimento social. Ao propor um tipo “ideal” de democracia, Tocqueville formou a tese de que existiria uma “alma” democrática em determinadas nações, tomando como exemplo os Estados Unidos da América. Em sua obra *A Democracia da América*, Tocqueville vai além de um relato narrativo de uma longa análise *in loco* da democracia americana, o autor trata das formas e modos que a democracia tomaria pelo mundo após o advento americano, com princípios de ordem e equidade de forças na sociedade americana. Na América do Norte, a organização ocorria primeiro em seus níveis mais locais, de modo que a

comunidade era organizada do município para os grandes centros, isto é, primeiro no âmbito local e posteriormente no âmbito federal.

Assim, entende-se que os norte-americanos viviam muito de perto os problemas que são seus e que são constituídos para resolvê-los. Eram nas comunidades que eram expressos os mais puros princípios democráticos e republicanos. Nesse aspecto, o professor e pesquisador brasileiro Dejalma Cremonese, em artigo intitulado *Alexis Tocqueville e os fundamentos cívicos da democracia na América*, salienta o caráter “providencial” “para reafirmar o caráter histórico e universal da democracia como sendo inevitável, independentemente da vontade e do controle dos indivíduos” (CREMONESE, 2014, p. 175). O pesquisador, parte de uma extensa análise da obra de Tocqueville, bem como o estudo de caso americano e suas igualdades de condições para o real estabelecimento da democracia.

Tocqueville entende a democracia como a relação entre igualdade formal e superação das desigualdades. Esse modelo que é pautado por um tipo peculiar de liberalismo, no qual a esfera pública tem papel fundamental para o desenvolvimento da democracia, como o fator igualitário de condições e o liberalismo político, tem um caráter de modificações das realidades sociais. Mas, ao longo da obra *A Democracia na América*, Tocqueville também apresenta suas preocupações com a democracia e seus desdobramentos. Para o autor, os perigos da democracia não podem ser negados, o que se reflete na celebre frase do autor “o preço da liberdade é a eterna vigilância” (ANO, p. XX). Nesse sentido Reis (2006), apresenta os pontos nucleares das preocupações de Tocqueville:

Este ideal é apenas uma possibilidade pela qual a liberdade e a igualdade podem realizar-se; existem muitas outras formas, embora não tão perfeitas. Até alcançar o “ponto extremo”, podemos imaginar muitas nuances e gradações que não correspondem perfeitamente ao que Tocqueville entende por democracia: a igualdade formal, que proscreve toda desigualdade natural, mas que não altera os costumes e, portanto, não encontra vigência nas relações cotidianas entre os cidadãos, não é ainda igualdade democrática; assim como a liberdade privada, que não estabelece compromissos com os demais cidadãos, impossibilita a compreensão de que cada um é membro do corpo coletivo e que, conseqüentemente, tem direitos e deveres recíprocos, tampouco pode ser dita liberdade democrática. Embora insuficientes, Tocqueville jamais negou que igualdade formal e liberdade

individual sejam necessárias à igualdade social de condições e à liberdade política no Estado democrático; elas apenas não bastam (p. 117).

Nota-se, a relação entre direitos e deveres como motor para o estabelecimento “saudável” na democracia, o que fomentou a elaboração de conjuntos de leis e constituição de cada nação. O Estado, a sociedade, não tem o direito de invadir a esfera privada, onde as deliberações e decisões correspondem apenas ao indivíduo. Isso foi entendido muito cedo nos Estados Unidos. Tocqueville (2005, p. 197) entende que, nos Estados Unidos da América, existe de fato uma democracia, pois, o pensador observa que os estadunidenses escolhem quem vai criar as leis, quem vai administrar, o que é público, no caso o cidadão, que faz parte do júri, quem vai penalizar os que transgredirem a lei. Assim, através do sufrágio, os americanos escolhem seus representantes em toda a esfera de poder.

Dessa forma, a liberdade naquele país se baseava na doutrina da soberania do povo, o que em certa medida definiu as bases da sociedade moderna ocidental.

1.5 – OS DISPOSITIVOS DA DEMOCRACIA

Uma questão fundamental no pensamento de Tocqueville, é sem dúvidas, a forma como o autor ponderou sobre a estrutura do regime político democrático praticado pelos Estados Unidos da América. Para tal, é mister reforçar os elementos que, para Tocqueville, eram nucleares para o sucesso da experiência norte-americana: a liberdade e igualdade.

Para o autor, a igualdade era responsável por tornar os homens independentes uns dos outros, dessa forma, cada cidadão teria um papel fundamental na sociedade, pois sua ação individual de gosto pela liberdade político-social, levaria o corpo social como um todo à prática democrática. Nesse sentido, a liberdade político-social seria praticada dentro de um ambiente político baseado em normas e regras, já a igualdade, seria aquela responsável por permitir ao indivíduo o acesso a liberdade político-social.

Essa relação entre liberdade e igualdade na interpretação que Tocqueville faz ao processo histórico em questão, fez com que cada cidadão se tornasse

dependente de uma forma organizada de poder, uma vez que as instituições livres e democráticas seriam aquelas a falar por todos. Nesse passo, o autor aponta que cada indivíduo é, por essência, encarregado por defender tais instituições e por consequência a democracia. Isso posto, entendemos que para o pleno estabelecimento de uma sociedade democrática, é preciso ter liberdade e igualdade, através das quais a participação política da população seria ativa e contínua.

As características para a consolidação do estado democrático norte-americano estavam, para Tocqueville, baseadas nos seguintes princípios: desenvolvimento de ações focadas na educação política, debate permanente sobre patrimônio público e existência de uma consciência nacional unificadora. Dessa forma, a democracia era dependente da participação da população na articulação dos serviços públicos, na ação cívica mediante aos costumes de liberdade e na atuação popular em atos cotidianos de cidadania.

É importante destacar que as colocações feitas por Tocqueville acerca da democracia norte-americana não são aplicáveis às democracias antigas, sobretudo no caso da democracia grega. Por mais que existam elementos próximos entre ambas, Tocqueville percebia as assembleias populares praticadas nos Estados Unidos como uma representação daquilo que seria executado após escolha realizada coletivamente, já no caso grego, as assembleias tinham elementos excludentes, pois somente certos grupos participavam, os cidadãos do sexo masculino com funções pré-estabelecidas, ligadas às tradições antigas da cidade, que estatuía o lugar da aristocracia e hierarquia entre os cidadãos.

O ponto central do modelo de liberdade desejado por Tocqueville, é a existência de uma vigilância inabalável dos indivíduos praticantes da democracia em relação a manutenção da liberdade. Os dispositivos dos valores democráticos eram ferramentas que deveriam ser usadas de acordo com as demandas e problemas sociais, uma vez que tais dispositivos deveriam contemplar a esfera social, responsável direta pela manutenção dos próprios dispositivos, incumbidos por dividir o poder político dos cidadãos em categorias sociais, isto é, as principais formas de institucionalização da democracia: a família, a comunidade, a Igreja, os costumes e o Estado.

Um dos elementos mais importantes do sistema organizacional da sociedade humana é a família. É tida como a instituição responsável por dar os primeiros ensinamentos sobre regras e direitos, sendo, de acordo com Tocqueville, a responsável direta pelo estabelecimento da democracia nos Estados Unidos da América, uma vez que o sentimento de que se existia uma grande família destinada à liberdade e à igualdade eram latentes. Nas palavras do autor:

As colônias inglesas tinham todas entre si, na época de seu nascimento, um grande ar de família. Todas, desde o princípio, pareciam destinadas a oferecer o desenvolvimento da liberdade, não a liberdade aristocrática de sua mãe-pátria, mas a liberdade burguesa e democrática de que a história do mundo ainda não apresentava um modelo completo (TOCQUEVILLE, 2005, p. 39).

O discurso no qual a relação familiar é centrada entre pai e filho, é analisado por Tocqueville como uma relação Estado - família, pois, para o autor, a família não seria responsável por apresentar aos jovens o papel da política, e sim o Estado, que falaria diretamente com cada indivíduo. Nessa direção, Tocqueville aponta que a relação direta entre indivíduo e Estado é pautada pelo papel ativo das demais instituições sociais que disseminam os valores sociais de um povo. Dessa forma, Tocqueville aponta que:

Na América, não apenas existem instituições comunais, mas também um espírito comunal que as sustenta e vivifica. A comuna da Nova Inglaterra reúne duas vantagens que, onde quer que se encontrem, suscitam vivamente o interesse dos homens, a saber: a independência e a força. Ela age, e verdade, num círculo de que não pode sair, mas dentro dele seus movimentos são livres. Essa simples independência já lhe daria uma importância real, se sua população e sua extensão não a conferissem (TOCQUEVILLE, 2005, p. 78).

Ainda que de maneira objetiva, a instituição familiar tenha perdido força ao longo do processo de desenvolvimento democrático, Tocqueville pondera que o Estado ainda é dependente da família como mecanismo de disseminação dos conceitos de liberdade e igualdade, uma vez que os dispositivos de poder político-social são manifestados primeiramente nas vontades individuais que por consequência se desenvolvem nos pequenos grupos familiares. Portanto, é importante destacar o papel da família no processo de organização e atuação da

política na sociedade norte-americana, uma vez que as chamadas comunas são formadas em sua maioria por grupos familiares volumosos.

Além da família, outros dispositivos democráticos apontados por Tocqueville são a Igreja e os valores “morais”. O papel da Igreja para Tocqueville é fundamental. O autor aponta que nos Estados Unidos da América, tal instituição era responsável por controlar de maneira velada os instintos da sociedade, isto é, uma sociedade democrática que fosse temente a Deus. Dessa forma, ainda que se tentasse controlar as populações, a religião não poderia de maneira alguma impor qualquer barreira aos sentimentos de liberdade e igualdade, fundamentais para a democracia. Para Tocqueville, a religião era necessária para a democracia, uma vez que caberia a ela atuar como balizador moral da sociedade, impedindo dessa forma, que o povo fosse senhor de si e não encontrasse limites. Assim Tocqueville explicou:

Acho que é um erro considerar a religião católica uma inimiga natural da democracia. Entre as diferentes doutrinas cristãs, o catolicismo parece-me ao contrario uma das mais favoráveis a igualdade das condições. Entre os católicos, a sociedade religiosa compõe-se de apenas dois elementos: o padre e o povo. O padre se eleva sozinho acima dos fiéis; abaixo dele tudo é igual. Em matéria de dogmas, o catolicismo atribui o mesmo nível a todas as inteligências. Ele sujeita aos detalhes das mesmas crenças tanto o sábio como o ignorante, tanto o homem de gênio como o vulgar; ele impõe as mesmas práticas ao rico e ao pobre, inflige as mesmas austeridades ao poderoso e ao fraco; não compõe com nenhum mortal e, aplicando a cada um dos humanos a mesma medida, apraz-se a confundir todas as classes da sociedade ao pé do mesmo altar, tal como elas são confundidas aos olhos de Deus (TOCQUEVILLE, 2005, p. 339).

A ligação entre religião e Estado, em Tocqueville, é percebida de maneira mais clara na prática de controle moral da sociedade. Tal moral tinha papel importante no regime democrático, uma vez que para Tocqueville, seria ela responsável por reproduzir no imaginário social uma ideia de horror e punição no pós vida para todo aquele que não comungasse dos valores católicos, isso, em certa medida, foi fundamental para o estabelecimento do conceito de “moral judaico-cristã”, muito utilizado nas ciências humanas de maneira geral. Essa moral, segundo o autor, ajudava no ideário de liberdade e igualdade, peças fundamentais para o pleno sucesso da empreitada democrática norte-americana.

Em nosso entendimento, a igreja e seus valores morais eram para Tocqueville uma ponte para a sociabilidade e prática democrática. Já um pensamento não religioso e individualista, conduziria inevitavelmente ao despotismo. A moral cristã, portanto, por essência, é altruísta e benevolente, busca a todo custo a igualdade entre os povos. A ideia da necessidade de sociabilidade acaba naturalmente vindo ao encontro do conceito do altruísmo cristão e do ideal democrático da igualdade, pois esta igualdade parece ser um elemento para a sociabilidade harmônica em um ambiente politicamente estruturado como uma democracia. Segundo Tocqueville, mesmo com várias vertentes religiosas de matriz cristã, praticados nos Estados Unidos da América, todas tinham em comum o sensor moral, no qual o indivíduo temente a Deus tinha como norte. De acordo com Tocqueville

Há uma multidão incontável de seitas nos Estados Unidos. Todas diferem no culto que se deve render ao Criador, mas todas se entendem sobre os deveres dos homens uns para com os outros. Portanto, cada seita adora Deus a sua maneira, mas todas as seitas pregam a mesma moral em nome de Deus. Se é muito útil ao homem como indivíduo que sua religião seja verdadeira, o mesmo não se dá com a sociedade. A sociedade nada tem a temer nem a esperar da outra vida, e o que mais lhe importa não é tanto que todos os cidadãos professem a verdadeira religião, mas que professem uma religião. Por sinal, todas as seitas nos Estados Unidos se encontram numa grande unidade cristã, e a moral do cristianismo é a mesma em toda a parte (TOCQUEVILLE, 2005, p. 342).

A prática da religião e sua moral eram, na visão de Tocqueville, “peças de quebra-cabeça”, no qual o resultado seria a democracia. O dito “cidadão de bem”, muito cultuado nos dias atuais, é, em certa medida, o modelo de cidadão cujo Tocqueville encontrou em solo norte-americano. O cidadão participativo, coletivista e conhecedor de seus direitos, era o fomentador da democracia, uma vez que o sensor moral de cada indivíduo teria efeito direto na sociabilidade daquela nação que almejasse ser democrática. Dessa forma, a prática religiosa e a moral eram fatores primordiais para o pleno desenvolvimento dos valores democráticos.

De acordo com Tocqueville, a democracia deveria ser alimentada, regada e vigiada de maneira permanente, e nenhuma ferramenta seria mais indicada para tal fim do que a educação. A prática educacional permitiu ao Estado, educar,

condicionar e preparar os indivíduos para determinados posicionamentos dentro do corpo social. É importante destacar que tal entendimento, em certa maneira, se aplica nos dias atuais. Não por acaso, temos governos que se acusam de “doutrinar” os estudantes, seja para fins políticos ou mesmo para fins de condicionamento de consumo⁴. Para nosso estudo, tomamos a ideia de educação em Tocqueville apenas por seu viés escolar propriamente dito, isto é, ler, escrever e interpretar o meio no qual os indivíduos estivessem inseridos, elementos que para Tocqueville eram de suma importância, uma vez que para o autor havia sido a educação responsável por introduzir, ainda que lentamente, os valores da democracia com o decorrer das gerações norte-americanas. De acordo com Tocqueville, o papel da educação era ser um limiar em meio a escuridão do desconhecimento. Para o autor,

Os anglo-americanos chegaram já civilizados a terra que sua posteridade ocupa; não precisaram aprender, bastou-lhes não esquecer. Ora, são os filhos desses mesmos americanos que, a cada ano, transportam para o deserto, com sua morada, os conhecimentos já adquiridos e a estima do saber. A educação lhes fez sentir a utilidade das luzes e deixou-os em condição de transmitir essas mesmas luzes a seus descendentes (TOCQUEVILLE, 2005, p. 356).

É neste ponto que Tocqueville acredita que os cidadãos teriam meios para lutar pela liberdade e participar da vida política, pois a educação daria aos mesmos formas de aprender sobre leis, dando aos homens meios de experimentar as mais variadas experiências sociais, nas quais os verdadeiros conhecimentos seriam construídos, o que, segundo Tocqueville, permitiu ao povo norte-americano o hábito de se governar. Nesse sentido, a educação formal para Tocqueville trabalharia em conjunto com as experiências individuais difundidas no meio social. Assim, Jonivan Martins de Sá, aponta que:

Nesse ponto, temos um tipo de saber que se constrói e que sustenta um sistema particular, para, logo após, ser sustentados

⁴ A título de explanação, destaco o famigerado projeto do “Escola sem Partido”, idealizada pelo advogado Miguel Nagib há 14 anos, a proposta ganhou mais visibilidade em 2016, fomentando debates em relação à suposta doutrinação de alunos nas escolas. Na Câmara dos Deputados, foram apresentados ao menos sete projetos de lei visando estabelecer diretrizes para um ensino livre de associações partidárias ou ideológicas, além de propostas similares que tramitam a nível estadual e municipal.

por este sistema que ajudou a criar. Quando o autor fala da importância da experiência para a obtenção – construção – de conhecimentos sobre a república, não podemos nos esquecer que tal experiência ocorre dentro de uma organização já disposta como uma república, ou seja, a experiência democrática do americano do século XIX, descrita por Tocqueville, ocorre dentro de um ambiente democrático. Temos, portanto, um tipo de saber sustentando uma forma de disposição do poder e sendo sustentado por esta (SÁ, 2013, p. 11-12).

Sá (2013) é objetivo em sua análise, pois quando Tocqueville fala sobre educação, fala também sobre experiência individual e como a soma desses dois elementos seriam positivos para a democracia, no caso norte-americano. Dessa forma, Tocqueville via na organização voluntária dos indivíduos uma força educativa que tinha o poder de impedir o caminho para a servidão e ponderava sobre o avanço da burocratização do ensino em detrimento às práticas educativas de outrora que não conduziriam diretamente a cidadania.

É indubitável que, nos Estados Unidos, a instrução do povo serve poderosamente para a manutenção da república democrática. Assim será, penso eu, onde quer que não se separe a instrução que esclarece o espírito da educação que rege os costumes. Todavia, não me exagero essa vantagem e estou ainda mais longe de crer, do mesmo modo que grande número de pessoas na Europa, que basta ensinar os homens a ler e a escrever para fazer imediatamente deles cidadãos (TOCQUEVILLE, 2005, p. 357).

Dessa forma, Tocqueville aponta, uma vez mais, que liberdade e igualdade teriam por consequência a democracia, eram frutos de uma gama de elementos correlacionados, nos quais cada um tinha sua função política, social e cidadã. Isso posto, destacamos o caráter de mudanças que ocorrem mediante a ação do avanço dos anos. Os dispositivos democráticos, que tanto entusiasmaram Tocqueville, poderiam sofrer modificações em sua estrutura com o passar do tempo. Sá (2013) acredita que essas modificações eram inevitáveis, uma vez que a sociedade norte-americana sofreu mudanças em seu sistema democrático desde a análise de Tocqueville. Para o autor,

Tocqueville vê o que podemos chamar de dois núcleos morais em funcionamento na sociedade americana à época de suas análises: uma espécie de moral universalista, “noções de justo e do injusto, que se propagam por toda a Terra” e, ao mesmo tempo, uma moral

local, que coexiste com a forma de valoração generalista e que, muitas vezes, entra em atrito com esta (SÁ, 2013, p. 12).

As modificações de disposição do poder são elementos pautados por uma busca constante por legitimação do poder político. A autopromoção e a ideia de que o povo deveria ser governado pelos mais aptos, elementos presentes na política Europeia, não tinham o mesmo papel em solo norte-americano. O autor observou que os cidadãos norte-americanos não escolhiam os mais destacados para ocuparem os quadros políticos. Pelo contrário, escolhiam aqueles que eram mais preparados para determinadas funções, analisando sua familiaridade com a função em debate, dessa forma, confiavam a esses a função de liderança pública. Assim, em relação aos Estados Unidos, Tocqueville (2005, p. 315) destaca: “descobrimos sem dificuldade quanto o espírito legista, por suas qualidades, diria mesmo por seus defeitos, é apto a neutralizar os vícios inerentes ao governo popular”. O autor coloca de maneira clara que o mais apto deveria ocupar a função para a qual estava preparado, e tal entendimento se aplicava a todo modelo democrático norte-americano.

Tocqueville (2005, p. 232-233) aponta que o voto universal não seria aquele capaz de conduzir a escolhas de políticas acertadas, uma vez que para o autor estava “demonstrado que os que consideram o voto universal uma garantia do acerto das escolhas se ilude por completo. O voto universal tem outras vantagens, mas não essa”. Dessa forma, Tocqueville observou na casa legislativa norte-americana pessoas com pouco ou quase nenhum preparo para a prática política, o que, em seu entendimento, seria da índole humana negar pessoas notáveis da vida política⁵ o que só seria questionando mediante uma ameaça real ao país e por consequência a democracia. Nesse sentido, Tocqueville é categórico ao afirmar que somente com o esclarecimento dos costumes se poderia romper com essa dicotomia entre escolha popular e desejo do mais apto.

O grande privilégio dos americanos não é, pois, apenas serem mais esclarecidos do que outros, mas também terem a faculdade de

⁵ Esse pensamento do autor continua mais pertinente do que nunca na democracia moderna. Cada vez mais assistimos pessoas ligadas a mídia, comércio, esporte entre outros entrando para o mundo da política. Até mesmo, questões como o termo “não político”, tem ganhando espaço no debate público mundial.

cometer erros reparáveis. Acrescentem a isso que, para tirar facilmente proveito da experiência do passado, e preciso que a democracia já tenha alcançado certo grau de civilização e de luzes. Vemos povos cuja educação inicial foi tão viciosa e cujo caráter apresenta tão estranha mescla de paixões, ignorância e noções erradas de todas as coisas, que seriam incapazes de discernir por si sós a causa de suas misérias; eles sucumbem sob os males que ignoram (TOCQUEVILLE, 2005, p. 262).

Ao observar mais atentamente os quadros políticos, Tocqueville percebeu que na Câmara dos Representantes, estavam escolhidos os indivíduos menos destacados, já no Senado o quadro era o oposto, de magistrados a pessoas ilustres eram um ambiente totalmente diferente. E como explicar tal situação, visto que em ambos os casos o voto universal era a principal forma de escolha?

Para o autor, uma explicação possível para a questão era diferença da eleição da Câmara dos Representantes que tinha a escolha feita de forma expressa pelo povo e a do Senado que era realizada por representantes de legislaturas dos estados, sendo esses responsáveis por escolherem os senadores de cada estado.

Os chamados dispositivos da democracia, são em nosso entendimento uma tentativa de Tocqueville em apontar um “manual”, ou mesmo um modelo de democracia a ser seguido por todo aquele que almejasse a democracia. Ainda que de maneira distorcida ou quebrada, o exemplo norte-americano foi para o autor uma possibilidade concreta para seu país de origem, bem como para toda a Europa. A necessidade a efetivação da democracia como um modelo ideal de dispor o poder, era o ponto nuclear para o pleno funcionamento do dispositivo dos valores democráticos. Tocqueville afirmava:

Quanto a mim, não terei dificuldade em dizer: e na direção dos interesses externos da sociedade que os governos democráticos me parecem decididamente inferiores aos outros. A experiência, os modos e a instrução sempre acabam criando na democracia essa espécie de sabedoria prática de todos os dias e essa ciência dos pequenos acontecimentos da vida que se chama bom senso. O bom senso basta para o andamento ordinário da sociedade e, num povo cuja educação é feita, a liberdade democrática aplicada aos negócios internos do Estado produz mais bens do que os males que os erros do governo da democracia poderiam acarretar (TOCQUEVILLE, 2005, p. 266).

Todas as questões discutidas por Tocqueville e discutidas em nosso texto, têm em como elemento final a democracia. Esses mecanismos para o estabelecimento da democracia, em nosso entendimento, vão além da ideia de “bem e mal”, uma vez que as formas de conceber a democracia, são pautadas primeiro por escolhas individuais e segundo pela coletividade social. Dessa forma, religião, voto universal, educação, valores morais e a família, foram elementos percebidos por Tocqueville em sua viagem na América, mas para além disso, eram sentimentos de um povo que escolheu fazer as próprias escolhas.

CAPÍTULO II

CENTRALIZAÇÃO – VIOLAÇÃO DA LIBERDADE

Tocqueville ao escrever a obra “*O Antigo Regime e a Revolução*”, tinha dois objetivos claros: Apresentar as causas primeiras da Revolução de 1789 e o desenvolvimento da democracia na França. O grande feito da Revolução Francesa, foi apagar os vínculos com a Idade Média e os feudos. Foi derrubar a Aristocracia e implementar novos valores na organização social, tendo por base a igualdade de condições. Esse grande “monstro” como coloca Tocqueville causou espanto:

À medida que se vê aparecer a cabeça do monstro, que sua fisionomia singular e terrível vai-se descobrindo; que após ter destruído as instituições políticas suprime as instituições civis e muda, em seguida, as leis, os usos, os costumes e até a língua; quando, após ter arruinado a estrutura do governo, mexe nos fundamentos da sociedade e parece querer agredir até Deus; quando esta mesma Revolução expande-se rapidamente para fora com procedimentos desconhecidos, táticas novas, máximas mortíferas, opiniões armadas”, como dizia Pitt, um poder espantoso que derruba as barreiras dos impérios, quebra as coroas, esmaga os povos e - coisa estranha! - chega ao mesmo tempo a ganhá-los à sua causa; à medida que todas estas coisas explodem, o ponto de vista muda (TOCQUEVILLE, 1997, p.5).

A partir dessas abordagens, Tocqueville revelou as semelhanças e práticas no Antigo e no Novo Regime político francês. Essa, é a obra em que se percebe mais claramente a postura liberal de Tocqueville, considerando a maneira enfática com que Tocqueville atacou as ações arbitrários praticadas ao longo do Antigo Regime. Além disso, Tocqueville combateu, em seu estudo, o caráter antirreligioso que a Revolução aparentemente demonstrava. De acordo com Tocqueville, os idealizadores do pensamento revolucionário viam o Clero e a Igreja como parte da Aristocracia, por isso deveriam ser dissociados do Estado. Portanto, deveriam existir apenas como Instituição Religiosa e não como uma Instituição Política.

Para o autor, a Revolução Francesa foi, eminentemente, uma revolução de caráter social e político. Isso é percebido nos efeitos práticos que a Revolução teve ao abolir as instituições de prática feudal que, ao longo dos séculos, tinham reinado de maneira soberana em boa parte da Europa.

Dessa forma, Tocqueville buscou ao longo da obra negar o caráter anárquico que a própria palavra Revolução trazia em seu bojo. Para o autor, a destruição das ordens até então vigentes na França absolutista, significou não uma desordem social e sim um Estado centralizador, mais vivo do que nos tempos da Monarquia. Para o autor, nenhuma outra Revolução política como a francesa havia causado tanta influência na Europa. Isso é percebido no proselitismo político que foi criado, pois a Revolução instaurou um sentimento de que os direitos de liberdade deveriam ser de todos e não só apenas dos franceses. Em outras palavras, a Revolução rompeu as fronteiras da França e invadiu o imaginário das populações oprimidas.

A obra de Tocqueville traz elementos variados de pesquisa. Para nosso estudo, reservamos uma reflexão sobre seu caráter como obra historiográfica, além de fazer uma breve análise sobre os conceitos de administração e o papel da política na sociedade francesa narrada por Tocqueville ao longo da obra.

2.1- A REVOLUÇÃO E A HISTORIOGRAFIA

Entre 1789 e 1799 ocorreu a Revolução Francesa, fato que para boa parte da historiografia inaugura a Idade Contemporânea. Tal recorte temporal, se deve ao caráter de radicalização política presente no decorrer da Revolução. O contexto social, político e econômico da França do século XVIII foram a causa primeira da Revolução. É importante destacar que a França era um Estado absolutista, era uma monarquia que abusava dos recursos e pouco fazia para atender as necessidades da maioria da população. O Estado absolutista Francês, era estruturado em três diferentes grupos sociais, sendo o primeiro reservado ao alto clero, o segundo a nobreza e aristocracia e o terceiro pela burguesia, empresários, banqueiros, trabalhadores urbanos e rurais.

O Estado absolutista Francês era esbanjador. O alto padrão de vida da corte sugava boa parte dos recursos financeiros da França. Na segunda metade do século XVIII, a França se envolveu em inúmeras guerras como a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), contra a Inglaterra, e o auxílio dado aos Estados Unidos na Guerra de Independência (1776).

Diante das condições sociais e aumento da pobreza generalizada em 1780, os membros do Terceiro Estado começaram a cobrar da corte uma maior

representatividade e direitos sociais, o que foi prontamente negligenciado pela corte levando ao início da Revolução em julho de 1789. Para Tocqueville, a divisão das classes, poderia ser uma das causas da morte do antigo regime. A nação, é uma sociedade composta por diversas ordens mal unidas e de um povo cujos membros só têm laços entre eles e ninguém se preocupa com assuntos que não os tocam diretamente, não há, portanto, interesses coletivos.

Com a queda da Bastilha, uma Assembleia Nacional foi estabelecida em 4 de agosto de 1789. A Assembleia estabeleceu a Declaração de direitos do Homem e do Cidadão que reivindicava igualdade, liberdade e fraternidade. Os jacobinos grupo mais radical da Revolução, defendia o avanço da ação revolucionária, não permitindo a subserviência aos nobres e ao clero. Os jacobinos queriam radicalizar a pressão contra os nobres e o clero e instituir um novo governo sem nenhum resquício da Monarquia.

Com temor em relação aos revolucionários, o rei Luís XVI, buscou articular um movimento contrarrevolucionário com a ajuda dos reinos da Áustria e Prússia. Porém, a Áustria rompe com o governo francês em 1792, invadindo o território francês. A jogada fracassada do Rei Luís XVI inflou ainda mais o sentimento de revolta da população que invadiu o palácio real de Tulleries e prendeu o rei e sua família. O Rei e sua esposa, Maria Antonieta, tiveram suas cabeças decepadas pela guilhotina em 1793 e a Monarquia Constitucional chegou ao seu fim no mesmo ano. As lideranças da Revolução Francesa tiveram inspiração nos apontamentos filosóficos do movimento iluminista. A defesa da liberdade e do constitucionalismo, além da separação entre Igreja e Estado eram as máximas do pensamento iluminista, sendo as bases das demandas dos revolucionários franceses.

Uma das principais características do homem é sua capacidade de avaliação. Para bem ou mal, o modelo de avaliação é utilizado em todas as esferas da psique humana. Vejamos o caso da fé na razão, ela vende a ideia de respostas claras e objetivas, baseadas em métodos e modelos de escolha e avaliação. O processo de avaliação do homem moderno reside na relação entre problema e solução, reside aí o volume de obras e trabalhos acadêmicos sobre a Revolução Francesa, um dos temas mais discutidos e publicados no que tange a historiografia após o século XIX.

Com as mais diversas abordagens e problematizações, a Revolução Francesa ainda desperta grande interesse e indagações nos dias atuais. Nosso estudo visa, ainda que brevemente, fazer uma leitura sobre às orientações historiográficas sobre o fenômeno revolucionário francês. Para tal, tomamos com referência além de Tocqueville, Marcelo Jasmim e François Furet. Tocqueville, ao escrever sobre a Revolução Francesa na obra *“O Antigo Regime e a Revolução”*, tinha como objetivo fazer um paralelo entre o chamado Antigo Regime e as causas da Revolução. Sua tese principal na obra é mostrar que as reformas e mudanças sofridas pela França após a Revolução não eram tão inovadores, além de questionar o quadro ainda mais centralizado que a política francesa tomou após o ato revolucionário. Para o autor, era fundamental apresentar as causas que levaram a França a ser a pioneira no processo revolucionário, uma vez que em muitos outros países da Europa os problemas sociais e políticos eram mais destacados. Nas palavras do autor:

Uma coisa surpreende logo de saída: a Revolução, cujo objetivo real era abolir, por toda parte, as instituições da Idade Média, não explodiu nos países onde estas instituições, melhor conservadas, faziam sentir ao povo com mais força seu rigor e sua opressão. Mas, ao contrário, naqueles onde menos se fazia sentir e assim foi que seu jugo pareceu mais insuportável lá onde era na realidade o menos pesado. No fim do século XVIII, a servidão ainda não tinha sido completamente abolida em quase nenhuma parte da Alemanha e o povo continuava positivamente preso à gleba como na Idade Média (TOCQUEVILLE, 1997, p.71).

O questionamento de Tocqueville em relação ao pioneirismo da França é parte motriz de toda a obra. O autor aponta que no instante em que a Revolução surgiu, seu impacto e relevância tinham sido ignorados. Talvez por conta da acomodação da aristocracia que via no movimento uma desordem com caráter anárquico, o que para Tocqueville era de suma importância, uma vez que a Revolução buscava sobretudo modificar a França em sua essência. De acordo com o autor:

Como o objetivo da Revolução Francesa não era tão-somente mudar o governo, mas também abolir a antiga forma de sociedade, teve de atacar-se, ao mesmo tempo a todos os poderes estabelecidos, arruinar todas as influências reconhecidas, apagar

as tradições, renovar os costumes e os hábitos e esvaziar, de certa maneira, o espírito humano de todas as ideias sobre as quais se assentavam até então o respeito e a obediência, De lá, seu caráter tão singularmente anárquico (TOCQUEVILLE, 1997, p. 56).

Essa capacidade de busca por liberdade e de inovação do povo Francês em tentar romper com o longo processo de submissão e opressão da corte sobre o povo, Tocqueville afirmou que era o objetivo primário nos instantes iniciais do movimento revolucionário que foi gradativamente perdendo espaço para o individualismo e para a apatia política. Nesse sentido, o autor explicita:

Nossos pais não possuíam a palavra individualismo, que inventamos para nosso uso porque no tempo deles não havia nenhum indivíduo que não pertencesse a um grupo e que pudesse considerar-se absolutamente só. Porém, cada um dos milhares de grupinhos compondo a sociedade francesa só pensava em si próprio. Era, se assim posso exprimir-me, uma espécie de individualismo coletivo que preparava as almas para o verdadeiro individualismo que conhecemos. O que há de mais estranho é que todos os homens que permaneciam tão afastados uns dos outros tinham se tornado tão semelhantes que era difícil distingui-los uns dos outros. Mais do que isto, quem sondasse seus espíritos descobriria que eles mesmos achavam as pequenas barreiras que dividiam gente tão parecida, tão contrária ao interesse público quanto ao bom senso e que, em teoria, já adoravam a unidade. Cada um só dava importância a sua condição particular porque outros destacavam-se pela condição (TOCQUEVILLE, 1997, p.116).

Tocqueville, temia o avanço do individualismo como uma espécie de “ vaidade natural ” dos franceses, que aumentava e afiava-se pela constante fricção do “ amor próprio ”. A partir dessa inquietação, Tocqueville conseguiu apresentar sua visão de que aquilo que fora conquistado na Revolução Francesa já existia em certa medida durante o chamado Antigo Regime, visto que após o movimento revolucionário a centralização administrativa estava mais viva e ativa do que nunca. Para o autor:

Outrora, no tempo em que tínhamos assembleias políticas na França. Ouvi um orador falar na centralização administrativa, "esta bela conquista da Revolução que a Europa nos inveja." Admito que a centralização é uma bela coisa, consinto que a Europa nos inveje, mas sustento que não é uma conquista da Revolução. É, ao contrário, uma conquista do antigo regime. Aliás a única parte da

constituição política do antigo regime que sobreviveu à Revolução porque era a única que podia encaixar-se no novo estado social criado por esta revolução (TOCQUEVILLE, 1997, p.76).

A crítica de Tocqueville é fundamentada. Paris após a Revolução ainda ditava os rumos da França. Cargos burocráticos como o de primeiro ministro e controlador geral redigiam relatórios e fiscalizavam todo território francês, o que para Tocqueville levou o Estado francês a fomentar ainda mais a centralização administrativa.

Jasmim (2013), apresenta o chamado “dilema tocquevilleano” no qual a concepção de que a liberdade política na sociedade igualitária de massas (democracia tal qual Tocqueville denomina) depende de uma práxis e de um conjunto de valores cujos pressupostos tendem a ser destruídos por conta do desenvolvimento contínuo das disposições internas à própria democracia. De acordo com Jasmim (2013), Tocqueville tinha um ponto de vista claro em relação ao surgimento de um novo tipo de governo despótico. Jasmim faz uma leitura crítica acerca das sociedades modernas com a crescente indiferença cívica, fruto direto do individualismo. Jasmim (2013), pondera sobre a diminuição na vida política, apontada por Tocqueville que é percebida no processo ainda maior de tutela por parte do Estado, que administrava e centralizava as decisões aumentando seu controle sobre os rumos sociais e políticos franceses. Dessa forma, Jasmim (2013, p.2) destaca que “só haverá liberdade democrática onde houver ação permanente do corpo de cidadãos na esfera pública”.

Desta forma, ao discutir sobre o conceito de despotismo no pensamento de Tocqueville, Jasmim (2013) problematiza a inquietação e desgosto do mesmo acerca da burguesia francesa, o que em si é um tema de grande possibilidade de estudo, mas que nos limites desse trabalho é um ponto entre muitos outros discutidos por Tocqueville em suas obras. Jasmim aponta que:

Para a presente reflexão importa menos a insatisfação moral de Tocqueville com a infâmia do espírito burguês do que as consequências políticas que dele derivava. Os fenômenos marcantes de sua época, a fragmentação social, o isolamento dos indivíduos, a impotência individual perante o Estado e a História, a mediocridade da cultura das classes médias e a busca incessante da riqueza e do bem-estar material, estarão na base de um

pensamento político que, se liberal, é essencialmente crítico do *modus vivendi* burguês (JASMIM, 2013, p.4).

Na citação acima, Jasmim (2013) apresenta as bases para o que podemos chamar de “História Problema”, presente no pensamento de Tocqueville. No corpo da narrativa histórica colocada por Tocqueville a noção de que a sociedade democrática se caracteriza pelo individualismo, um fenômeno particular ao contexto de modernidade no qual o egoísmo é uma questão natural. Essa consequência da democracia é discutida por Jasmim (2013) no texto clássico intitulado: *Historiografia e Liberdade em L'Ancien Régime et la Révolution*, publicado em 1996. Com folego e grande esforço intelectual, Jasmim toma a obra *O Antigo Regime e a Revolução*, como uma fonte histórica, conectando a fatos, ideias, narrativas e juízo com objetivo de revelar as tramas e problematizações que estavam presentes na relação entre passado e presente, bem como o vislumbre de uma sociedade cada dia mais individualista. Nesse texto, Jasmim faz uma aproximação metodológica entre Tocqueville e Montesquieu, por entender que, ambos autores, são por essência pragmáticos em suas reflexões políticas. Dessa forma, Jasmim aponta que:

A importância da obra histórica de Montesquieu para *L'Ancien Régime et la Révolution*, mas é plausível afirmar que traços relevantes do projeto historiográfico tocquevilleano tenham sido elaborados no espírito das *Considérations*. Como a historiografia de Montesquieu, a de Tocqueville permaneceu atrelada sua utilidade para a reflexão política contemporânea, sua verdadeira vocação. E é neste sentido que se pode defini-la como pragmática e presentista. De fato, Tocqueville concebia que "a maneira pela qual se julga o passado pode ter uma grande influência sobre o futuro (JASMIM, 1996, p.94).

A preocupação de Jasmim (2013) em apresentar o caráter historiográfico das obras de Tocqueville para o mundo contemporâneo é, em nosso entendimento, a valorização das mesmas como uma fonte histórica rica e com várias possibilidades de leitura e interpretação histórica. Os historiadores da cultura podem pesquisar sobre a questão da submissão, já os historiadores da política, podem pesquisar sobre a centralização administrativa, os historiadores da filosofia podem pesquisar sobre a questão da igualdade de condições, entre tantas outras possibilidades de estudo.

Nesse sentido, encontramos em François Furet (1989) em sua obra *Pensando a Revolução Francesa*, uma leitura que apresenta a Revolução como um conjunto de histórias, uma amalgama de correntes liberais, jacobinas, anarquistas, realistas, de camponeses e de trabalhadores urbanos, todos conectados por um tipo de identidade, isto é, todos “filhos” da Revolução Francesa, portanto, comungavam direta e indiretamente de uma parte da história nacional francesa. Furet, ao longo da obra apresenta Tocqueville e Michelet⁶ como autores fundamentais para todo e qualquer pesquisador da Revolução. Para o autor, os pesquisadores seguem caminhos metodológicos e teóricos distintos. Tocqueville como mais observador e crítico das fontes e Michelet mais linear e objetivo em suas colocações.

A Revolução enquanto processo histórico, tem um conjunto de causas e consequências o que gera duas ramificações: uma analisando a modalidade de mudança como dinâmica particular da ação coletiva e outra mais narrativa. De acordo Furet:

Essa miscigenação de gêneros corresponde à confusão de dois objetos de análise: a Revolução enquanto processo histórico, conjunto de causas e consequências, e a Revolução enquanto modalidade da mudança, como dinâmica particular da ação coletiva (FURET, 1989, p.33).

Carvalho (2019) aponta que a Revolução Francesa teve a sorte de possuir grandes historiadores que foram capazes de imputar aos acontecimentos interpretações que perduraram por décadas. Contudo, apesar das divergências, parece existir um consenso, ainda que tácito, entre os estudiosos da Revolução: ela foi um “caos político”. Mas entenda-se caos não como desordem, mas no sentido que a mitologia grega atribuiu à palavra: um caos criador e criativo, que reformulou a linguagem política e deu o tom, com fortes doses de ineditismo, ao debate político contemporâneo. Conservadorismo e progressismo, ditadura revolucionária e império das leis, partilha da propriedade e imposto progressivo, liberalismo conservador e democrático, moderação e moderantíssimo, dentre

⁶ Jules Michelet foi um filósofo e historiador francês.

várias outras categorias do debate político contemporâneo presentes no calor dos acontecimentos franceses.

2.2 - O PODER POLÍTICO

Qual o limite do poder político? Essa era uma pergunta fundamental na época em que Tocqueville viveu, bem como nos dias atuais. Qual o espaço de atuação dos cidadãos na forma política que Tocqueville versava em seus escritos? Essas questões são em nosso entendimento fundamentais para todo leitor de Tocqueville, uma vez que o autor aponta que por meio da participação política, exemplificado no caso dos Estados Unidos da América, a democracia deveria ter sua vanguarda. As ciências sociais, e não somente ela, é um dos campos de estudo que questionam a legitimidade do poder e participação política dos cidadãos. Tocqueville é um dos autores que contribuem para o debate seja em seu tempo ou nos dias atuais.

No desenvolvimento de seu pensamento, Tocqueville procurou expor as relações sociais e políticas analisando a dinâmica francesa, norte americana e inglesa. A forma comparativa que Tocqueville desenvolve seus posicionamentos em relação ao poder político revelam seu temor em especial com a França pós-revolucionária. Tocqueville, assim como Rousseau (1978), via com desconfiança uma sociedade baseada no comando de uma burguesia comercial e industrial que, com o passar dos anos, não olharia com os mesmos olhos para a então gloriosa liberdade conquistada ao longo do processo revolucionário francês.

Para Tocqueville, o poder político poderia ser caracterizado em duas vertentes: a liberdade democrática e o despotismo democrático, em ambas possibilidades, as escolhas do povo eram responsáveis pelos rumos do poder político. O autor em seus escritos, valorizava as pequenas comunidades políticas, esses pequenos grupos de atuação política eram responsáveis por fortalecer o sentimento de cidadania, isto é, a virtude cívica e sua constante vigilância da liberdade política. O autor, ainda destaca que os hábitos dos povos, ditariam os rumos da menor a maior organização política, pois o risco do individualismo colocaria o poder político coletivo em perigo

Longe de lutar contra esta tendência, o despotismo acaba tornando-a irresistível, pois retira dos cidadãos qualquer paixão comum, qualquer necessidade mútua, qualquer vontade de um entendimento comum, qualquer oportunidade de ações em conjunto, enclausurando-os, por assim dizer, na vida privada. Já tinham a tendência de separar-se: ele os isola; já havia frieza entre eles, ele os gela (TOCQUEVILLE, 1997, p. 46).

Tendo em vista as proposições de Tocqueville, sobre os riscos da democracia, notamos sua preocupação acerca da tendência liberal com estabilidade democrática e como essas poderiam ter um controle social ainda maior sobre as populações, fruto da tensão entre liberdade e igualdade.

A ciência política dos séculos XX e XXI têm em Tocqueville seu predecessor, pois Tocqueville utiliza-se da comparação entre formações sociais distintas para formular suas teses. Em *O Antigo Regime e Revolução*, Tocqueville teve na experiência norte-americana as bases das normas democráticas e estáveis sem a necessidade de uma luta sangrenta como no caso francês, preservando os valores e as instituições com as quais tinha inclinação. Percebe-se o que Tocqueville (1997, p. 54) chamou de “caráter tão singularmente anárquico” da revolução. A reversão das vontades revolucionárias em um quadro ainda mais violento do que aquilo que se pretendia por fim. Esse é um elemento de suma importância, Tocqueville afirma que:

O contraste entre a brandura das teorias e a violência dos atos, que foi uma das mais estranhas características da Revolução Francesa, não surpreenderá a quem se lembrar que esta revolução foi preparada pelas classes mais civilizadas da nação e executada pelas classes mais incultas e rudes (Tocqueville, 1997, p. 186).

Assim, a mobilização das massas se faz necessário. E a Revolução, ainda que em nome da razão, utilizou-se de sentimentos ancestrais de espírito de grupo para conseguir isso, ou seja: para a “regeneração do gênero humano”. O espírito jacobino lança à mão do que Tocqueville chama de uma “espécie de nova religião” (Tocqueville, 1997, p. 60). Tocqueville, percebe que há uma propensão dos revolucionários ao uso do Estado e da violência como ferramentas para “moldar o espírito dos cidadãos”, criando assim uma “forma particular de tirania” em que qualquer bloqueio institucional é visto como um obstáculo artificial aos avanços do projeto de engenharia social, de conformação da sociedade francesa aos ideais

que animam o processo político em jogo. Chega-se ao que o autor francês chama de “despotismo democrático”, talvez o tema mais característico de seu pensamento político (Tocqueville, 1997, p. 157).

A ideia da sociedade francesa em transição, entre um modelo hierárquico do Antigo Regime com um governo constitucional e renovado, é um ponto sensível para Tocqueville. Primeiro porque o processo não foi rápido e segundo a vontade para fazer mudanças nos quadros administrativos não era um consenso. Ao apresentar o progresso das modificações sociais na França pós-revolucionária, Tocqueville aponta os vícios de uma aristocracia que era sustentada pela hierarquia e privilégios. A Revolução não é um evento puramente francês, mas a revolução de um princípio comum, a grande revolução europeia.

Há uma concepção de mundo gestada em círculos intelectuais que toma posse das massas, ganhando concretude na ação política. Eis dois elementos que no texto *O Antigo Regime e a Revolução* se destaca: o descolamento das teorias revolucionárias da realidade dos costumes e hábitos; certa divisão do trabalho político entre intelectuais e massas e o papel instigador e irresponsável dos intelectuais na radicalização da ação popular, em grande parte motivado pela posição de marginalidade desses intelectuais no Antigo Regime.

2.3 – REVOLUÇÃO E RELIGIÃO: A PERSPECTIVA DE TOCQUEVILLE

Ao escrever sobre o processo revolucionário francês em fins do século XIX, Tocqueville buscou meios para explicar as razões gerais que permitiram tal acontecimento histórico. Para o autor, entender primeiro o que foi o Antigo Regime, era entender o que era a revolução, isto é, era preciso pensar todo o processo histórico ao longo do tempo. No prefácio da obra *O Antigo Regime e a Revolução*, o autor, entre outros elementos, aponta que, mesmo após o processo revolucionário, certos vícios ainda persistiam e boa parte desses vícios do Antigo Regime estavam de forma direta ou indiretamente ligadas a Igreja que com passar dos anos após a Revolução foi se fortalecendo.

À medida que a obra política da Revolução se consolidou, arruinou-se sua obra irreligiosa; à medida que todas as instituições políticas que atacou melhor foram destruídas, que os poderes as influências,

as classes que lhe eram particularmente odiosas foram definitivamente vencidas e que, como último sinal de sua derrota, os próprios ódios que inspiravam foram enfraquecendo; à medida, enfim, que o clero mais se afastou de tudo que cairá com ele. Vimos gradualmente o poder da Igreja reerguer-se e fortalecer-se nos espíritos. E não pensem que se trate de um espetáculo particular à França; não há igreja cristã na Europa que não se tenha revigorado desde a Revolução Francesa (TOCQUEVILLE, 1997, p. 56).

É justamente no âmbito religioso que Tocqueville torna o debate sobre a Revolução singular. Para o autor, a Revolução não tinha como objetivo primário (ou mesmo declarado), destruir por completo a relação com a Igreja, tão pouco questionar a liberdade de fé da população. Para Tocqueville, a Revolução teria se inspirado em valores caros ao cristianismo, isto é, bondade, igualdade entre os povos e liberdade. Para o autor, existiam muitas semelhanças entre a Revolução Francesa com as Revoluções Religiosas

Todas as revoluções civis e políticas tiveram uma pátria e nela se fecharam. A Revolução Francesa não teve um território próprio, mais do que isso, teve por efeito por assim dizer apagar do mapa todas as antigas fronteiras. Aproximou ou dividiu os homens a despeito das leis, das tradições, dos caracteres, da língua, transformando às vezes compatriotas em inimigos e irmãos em estranhos ou, melhor, formando acima de todas as nacionalidades uma pátria intelectual comum da qual os homens de todas as nações podiam tornar-se cidadãos. Podem revistar todos os anais da história e não encontrarão uma só revolução política que teve esta mesma característica: apenas a encontrarão em algumas revoluções religiosas. Temos, portanto, que comparar a Revolução Francesa com revoluções religiosas se quisermos tornar nosso pensamento mais explícito graças à ajuda da analogia (TOCQUEVILLE, 1997, p. 59).

Tocqueville, ao explorar a relação entres as Revoluções sociais e Religiosas, em nosso entendimento, possibilitou uma análise mais aprofundada do que se tornou a França após o processo revolucionário. Percebemos no autor uma preocupação permanente em não negar o papel da Igreja antes, durante e após a Revolução. Para Tocqueville (1997, p. 59-60), era preciso atentar para fato de que a característica das “religiões é considerar o homem em si, sem prestar atenção naquilo que as leis, os costumes e as tradições de um país juntaram especificamente a este fundo comum”. Tal elemento, é fundamental para o autor, uma vez que, da mesma forma que as revoluções religiosas que olharam primeiro

para a liberdade do indivíduo, a Revolução Francesa, também seguiu essa linha. As ponderações do autor acerca da relação entre religião e política são fundamentais em dois pontos centrais. Primeiro, a questão da religião enquanto um aparato unificador da consciência coletiva, segundo, por sua importância no que tange a crença em um poder espiritual superior.

Para Tocqueville, a religião e política na França, tinham uma relação de união. As paróquias locais eram ponto de prática política na França ao longo do Antigo Regime, dessa forma eram espaços destinados a debater sobre liberdade e democracia. Assim, Tocqueville considerava a religião como um importante instrumento para proteção e defesa da democracia o que, em certa medida, legitimava sua preocupação em relação aos rumos da religião em solo francês.

Tocqueville (1997, p. 8-9) aponta que uma das primeiras atitudes “da Revolução Francesa foi atacar a igreja e, entre as paixões que nasceram dessa revolução, a primeira a acender-se e a última a extinguir-se, foi a paixão pela irreligiosidade”. A questão da irreligiosidade, tem grande importância para o pensamento de Tocqueville. Tal conceito, não teria um caráter eminentemente ateuista pautado pela ausência de fé e sim um viés de cunho materialista, no qual se propagaria uma ideia de busca permanente pelo bem-estar material o que traria como consequência o avanço do individualismo.

Tocqueville, ao discutir sobre o avanço dessa irreligiosidade recuou aos momentos anteriores ao processo revolucionário francês. O autor percebeu que as ideias antirreligiosas tinham ganhado força com base no discurso iluminista, no qual a religião tinha um papel pouco importante para a sociedade e a razão era a principal forma de interpretar e conduzir a sociedade humana. Sobre essa questão, Tocqueville aponta que esse discurso teria ganhado força durante a Revolução, justamente por passar uma ideia de acabar com um dos pilares do Antigo Regime, a igreja.

Uma das primeiras diligências da Revolução Francesa, foi atacar a Igreja e entre as paixões que nasceram desta revolução a primeira a se acender e a última a se extinguir foi a paixão religiosa. Até mesmo quando o entusiasmo da liberdade já se tinha desvanecido, depois que os franceses se limitaram a comprar a tranquilidade ao preço da servidão, continuaram a revoltar-se contra a autoridade religiosa. Napoleão, que tinha conseguido vencer o gênio liberal da Revolução Francesa, fez esforços inúteis para dominar seu gênio

anticristão e, até em nossos dias, vimos homens que imaginavam resgatar sua subserviência para com os agentes menores do poder político pela sua insolência para com Deus e que, enquanto abandonavam tudo que havia de mais livre, de mais nobre e de mais soberbo nas doutrinas da Revolução, ainda se vangloriavam de sua fidelidade ao espírito da Revolução por permanecerem devotos. No entanto, hoje é fácil entender que a guerra às religiões nada mais era que um incidente desta grande revolução, um traço relevante, mas fugitivo de sua fisionomia, um produto passageiro das ideias, das paixões, dos fatos particulares que a precederam e prepararam, e não seu gênio próprio (TOCQUEVILLE, 1997, p. 55).

Para os revolucionários, a religião deveria sucumbir ante a nova era, uma vez que a mesma teria servido de sustentáculo para as práticas da aristocracia ao longo do Antigo Regime. Dessa forma, o ataque à religião cristã era em essência fruto direto de um movimento antirreligioso sem um esclarecimento profundo acerca do termo. Para Tocqueville, após romper com a ordem aristocrática vigente, estabelecendo a democracia e a liberdade, não se poderia continuar atacando a Igreja. O ponto de vista do autor sobre a questão religiosa é, certamente, um ponto chave para entender o desenvolvimento da sociedade francesa pós-revolução, uma vez que, a religião tinha um papel social importante ao desenvolver comunidades em torno das paróquias. Porém, o autor reconhece que a religião enfrentava forte embate por parte dos intelectuais franceses, que tinham na irreligiosidade o rumo a ser seguido. De acordo com o autor:

Pode-se dizer de uma maneira geral que, no século XVIII, o cristianismo tinha perdido em todo o continente da Europa uma grande parte de sua força. Todavia, na maioria dos países, era antes abandonado que combatido com violência e até aqueles que o deixavam pareciam fazê-lo a contragosto. A irreligiosidade estava difundida entre os príncipes e os intelectuais; ainda não penetrara muito no seio das classes média e baixa; continuava sendo o capricho de determinados espíritos e não uma opinião comum. Em 1787, Mirabeau escreveu: Um preconceito geralmente difundido na Alemanha é que as províncias prussianas estão cheias de ateus. A "verdade é que, se lá encontramos alguns livres pensadores, o povo é tão preso à religião quanto nos países mais devotos e que até existem muitos fanáticos". Acrescenta que é muita pena que Frederico II não permita o casamento dos padres católicos e principalmente que recuse aos padres que casam as rendas de seus benefícios eclesiásticos, pois "seria uma medida que ousaríamos crer digna deste grande homem." Em nenhum lugar a irreligiosidade tornara-se uma paixão geral, Intolerante ou opressiva, a não ser na França (TOCQUEVILLE, 1997, p. 151).

Tocqueville, ao ponderar sobre a questão da irreligiosidade, percebe que tal movimento não teria força a médio e longo prazo. Dessa forma, a relação entre prática democrática e religião cristã favorecia de maneira substancial aos anseios de liberdade e igualdade tão caros aos revolucionários. O autor atribuiu a religião um papel decisivo para a democracia, pois essa seria a primeira instituição a fomentar os valores democráticos, sobretudo em relação a sua defesa. O risco em relação a regimes político despóticos muito questionado por Tocqueville, é percebido também na prática religiosa, para o autor, que um povo religioso teria menos facilidade de aceitar prontamente discursos despóticos. Em suma, Tocqueville defende a prática religiosa como um elemento importante para a democracia, juntamente como a descentralização governamental, a liberdade de imprensa e prática político-cidadã era uma fonte de pluralismo e liberdade que, ainda que no campo das ideias, presava pela igualdade entre os povos.

2.4 - O LIBERALISMO EM TOCQUEVILLE

Entre as correntes filosóficas de fins do século XIX e início do XX, o liberalismo é certamente uma das mais importantes e destacadas. Sua origem com os pesquisadores clássicos do tema remonta ao século XVIII. Liberalismo, é uma teoria política e social que enfatiza fundamentalmente os valores individuais da liberdade. O governo tem o dever de respeitar tais valores e deve atuar principalmente para resolver disputas quando os interesses dos indivíduos se chocam.

Para o autor, era preciso consolidar os avanços positivos da Revolução, isto é, a igualdade civil e a participação política de modo que uma administração baseada nas instituições democráticas tomasse forma e força com o passar dos anos. O liberalismo, conceitos baseados na relação direta entre política liberal e liberdade de mercado, presava pelo estabelecimento de uma virtude cívica. Para Tocqueville, a formação de uma virtude cívica passava primeiro pela relação entre liberdade e ação política.

Tocqueville, apresentava uma preocupação com as relações sociais, para compreender as problemáticas da sociedade moderna, diferente de Karl Marx, que

pautava suas problematizações sociais sob o prisma da luta de classe. Uma das conquistas da sociedade americana, segundo Tocqueville, foi gerar, desde suas origens, as condições para uma igualdade de condições, a partir da qual seria possível desenvolver a liberdade. Assim, "o desenvolvimento gradual de condições iguais é, portanto, um fato providencial", cujas principais características seriam universalidade e durabilidade. E essa igualdade de condições, foi o que transformou a democracia em um estado social e em um modo de vida.

Segundo o autor, os americanos sabiam como gerar essas condições, construindo um estado baseado em leis, costumes e ideias que nos permitiam marcar um certo progresso da nação. Desse modo, a democracia foi construída nos Estados Unidos com as virtudes dos puritanos, seus costumes, a construção de uma igualdade de condições, um sistema político representativo e, é claro, um sistema jurídico. No mundo Antigo, a forma de governo denominada democracia dizia respeito à distribuição do poder a todos os membros da comunidade civil e política. No mundo Moderno e Contemporâneo a forma de governo da democracia diz respeito à limitação e a distribuição do poder, não entre a sociedade civil e política, mas entre determinadas frações de classes da sociedade civil e política. Trata-se de uma concepção de liberdade sem substancialidade, através da qual a afirmação da liberdade individual de caráter privado implica na negação da liberdade coletiva de caráter público.

As críticas de Tocqueville em relação ao individualismo se mostraram acertadas. Os problemas das sociedades como economia mais diversificadas e ativas se mostram latentes, seja pela precarização do mercado de trabalho ou pela diminuição da participação popular na vida política. A questão que se coloca mostra uma sociedade baseada apenas no consumo de bens e serviços que, na maior parte das vezes é de qualidade duvidosa. Tocqueville percebeu que o avanço democrático teria como consequência direta o individualismo e com isso a ameaça as instituições liberais.

2.5 – CENTRALIZAÇÃO E OS RUMOS DA DEMOCRACIA MODERNA

De acordo com Pierre Manent (2006), Tocqueville em suas obras não tem como objetivo apresentar um conceito específico para democracia. Tocqueville (2005, p.7), afirma que a ideia da igualdade de condições, é o fato mais antigo e

permanente que se conhece na história. Para o autor, com o fim dos privilégios e benefícios, com o advento da Revolução, colocou fim ao Antigo Regime. Tocqueville pode ser tomado como uma referência para reflexões sobre a democracia, o mesmo não tinha a pretensão de elucidar toda e qualquer dúvida sobre como estabelecer a democracia no mundo moderno. A pesquisadora e professora Célia Galvão Quirino, ao discutir sobre a igualdade de condições e a prática democrática afirma que:

O olhar de Tocqueville, ao apresentar a democracia americana como uma sociedade de homens iguais, parece ter se fixado em três aspectos importantes e os ter eleitos como aqueles que são significativos para que se pudesse compreender o fenômeno da democracia. O primeiro foi definido e classificado como o de “igualdade de condições”. O segundo diz respeito à igualdade de oportunidades. O terceiro, não menos importante, é aquele que faz com que a sociedade americana não possua, ou pelo menos não aparente possuir, estratificação social rígida, nem permita haver qualquer impedimento social, legal ou político à ascensão social. Isto é, os americanos se encaram como iguais não apenas perante a lei, mas também ao exercer qualquer atividade social (QUIRINO, 2004, p.12).

Nesse sentido Reis (2002), faz uma análise sobre como Tocqueville se utiliza da palavra democracia. A autora afirma que Tocqueville apresenta mais de um sentido para o conceito de democracia, sendo a presença de um estado social caracterizado pela igualdade de condições a mais destacada. Tocqueville incorporou na democracia moderna as bases sociais concretas características econômicas e sociais das sociedades democráticas do início do século XIX. Reis, afirma que:

Igualdade social significa que toda a diferença existente (seja econômica, intelectual ou política) é apenas circunstancial, passível de mudança e radicalmente oposta à submissão de uns aos outros. Eis porque, segundo Tocqueville, a igualdade de condições é um princípio constitutivo da ordem democrática, que afeta a propriedade, os costumes, a opinião e também a esfera política (REIS, 2006, p. 116).

Ao analisar o aumento da igualdade de condições dos povos do ocidente Tocqueville viu nessa situação uma questão universal e progressista. A entrada dos homens na era da “igualdade”, possibilitava a mudança de ordem pública, governamental e social. Esse caráter irrefreável da democracia e

consequentemente da igualdade de condições de acordo com Tocqueville aconteceria com ou sem a Revolução.

Por mais radical que tenha sido a Revolução. Inovou muito menos de que se supõe geralmente: mostrarei isto mais tarde. A verdade é que destruiu internamente ou está destruindo (pois ela ainda continua) tudo que, na antiga sociedade, derivava das instituições aristocráticas e feudais, tudo que a elas se ligava de uma ou outra maneira, tudo que delas trazia uma marca por menor que fosse. Do antigo mundo só conservou o que sempre foi alheio a estas instituições ou podia existir sem elas. A Revolução não foi de maneira alguma um acontecimento fortuito. Realmente pegou o mundo de improviso embora nada mais fosse que o complemento do trabalho mais longo e do término repentino e violento de uma obra à qual dez gerações tinham trabalhado. Mesmo que não tivesse surgido a Revolução Francesa. O velho edifício social teria ruído por toda parte, aqui mais cedo, acolá mais tarde, mas teria caído, peça por peça, em vez de desmoronar-se de uma vez. A Revolução resolveu repentinamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição. Sem precauções, sem deferências, o que ter-se-ia realizado sozinho, pouco a pouco, com o tempo. Esta foi, portanto, a obra da Revolução (TOCQUEVILLE, 1997, p. 67-68).

A partir da experiência que Tocqueville teve nos Estados Unidos da América, o autor pode perceber, ainda que de maneira tímida, o avanço da condição social de igualdade no velho continente deu ao autor uma esperança de que uma onda democrática estaria tomando corpo em todas as nações ocidentais. Tocqueville apresenta a igualdade de condições atrelada à vontade divina, reservando ao homem apenas o papel de praticá-la na democracia. Sobre isso o autor coloca a seguinte questão:

Os americanos têm a seu favor o acaso do nascimento: seus pais importaram outrora para a terra que habitam a igualdade das condições e das inteligências, de que a república democrática devia brotar um dia como de sua fonte natural. Ainda não é tudo. Com um estado social republicano, legaram a seus descendentes os hábitos, as ideias e os costumes mais aptos a fazer florescer a república. Quando penso no que esse fato original produziu, parece-me ver todo o destino da América encerrado no primeiro puritano que abordou aquelas costas, assim como se pode ver toda a raça humana no primeiro homem (TOCQUEVILLE, 2005, p.327).

Nesse sentido, é a atitude humana a ação de cada indivíduo a soma de costumes e crenças, que dita os rumos de uma determinada democracia. Os diversos significados do termo “Democracia” se reagrupam nas relações de poder;

“social democrática” e “organização política democrática” e uma distinção entre ocupar um lugar de ação política que, na visão de Tocqueville, provoca confusões e ambiguidades, que alguns pesquisadores, designam como uma forma de “Despotismo democrático”, em referência a um estado da sociedade regida pelo princípio da desigualdade de condições. Tocqueville apresenta a dimensão social da Democracia e seu diagnóstico sociológico descritivo de um caráter dominante que forma todos os outros modos: “a igualdade de condições”. Tocqueville, enquanto defensor da liberdade, sabia que o aumento da igualdade de condições poderia levar tanto à servidão quanto à liberdade. O excesso de igualdade como colocado por Tocqueville, poderia levar a governos autoritários. Para tanto, mesmo em um regime político de ordem democrática, era preciso usar de mecanismos governamentais e instituições administrativas. Para o autor, a centralização governamental é aquela inerente aos anseios da população em geral, tendo como papel criar leis e manter as relações diplomáticas com outras nações. Já a centralização administrativa, teria como objetivo cuidar de maneira uniforme de todas as regiões do país. Um estado forte, somado a práticas comunitárias era na, visão de Tocqueville, a prática da cidadania, o exercício da igualdade de condições, a própria democracia. Para o autor, o desenvolvimento gradual da igualdade de condições é um fato providencial, “possui suas principais características: é universal, é duradouro, escapa cada dia ao poder humano; todos os acontecimentos, bem como todos os homens, contribuem para ele” (TOCQUEVILLE, 2005, p.11).

A democracia do século XXI é muito mais complexa do que a do tempo de Tocqueville. A questão econômica hoje, determina de maneira muito mais incisiva os rumos da política global de modo que cada vez mais as nações economicamente frágeis e suas populações têm perdido espaço no debate universal. As práticas comunais também têm perdido espaço para o individualismo e consumo sem controle. Temos em nossa disposição mecanismos dos mais variados com foco em tirar nossa atenção do que realmente importa, delegamos a terceiros os rumos da humanidade sem ao menos questionar os motivos. O futuro ainda não aconteceu, mas o presente ainda é passível de uma mudança de rumo, em que aquela democracia e liberdade entendidas por Tocqueville se torne a máxima de todos os povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura das obras de Tocqueville: *A Democracia na América* e *O Antigo Regime e a Revolução* são fundamentais para todo e qualquer pesquisador que deseje compreender o que seja democracia. São obras que trazem em seu bojo uma quantidade significativa de concepções, ainda pertinentes nos dias atuais, sobretudo no que tange aos rumos da democracia moderna. Um ponto importante a ser destacado é que Tocqueville, em seu tempo, não se propôs como um baluarte da democracia ou mesmo de historiador da Revolução Francesa. Sua posição, em nosso entendimento vai de encontro ao que poderíamos chamar de cientista político nos dias atuais. Para Tocqueville, o surgimento da democracia e sua plena efetivação representou algo sem precedentes na história da humanidade, um fato que certamente modificaria toda estrutura da sociedade humana ao longo dos anos.

É importante ter em mente que Tocqueville foi um pragmático. Ao longo do presente estudo, vimos que Tocqueville acreditava no processo quase messiânico do avanço da democracia e da igualdade de condições. Tocqueville pertenceu a uma família aristocrata. Foi sociólogo da democracia moderna, historiador e foi também um homem político, considerando o que ele fez no século XIX e que mais tarde foi chamado, já no século XX, de ciência política. Tocqueville, analisa fatos, fenômenos, estruturas políticas e aponta possibilidades que pode acontecer a partir dessas ideias.

Ao olhar pela democracia, Tocqueville se debruça sobre os Estados Unidos da América no século XIX, isso faz com que ele perceba que duas coisas são básicas no processo de construção ou de implementação de uma democracia: igualdade e liberdade. Sua busca é descobrir a aceitável coexistência entre o desenvolvimento igualitário e a manutenção da liberdade. Isso aponta que a democracia tem por princípio básico a igualdade e a liberdade.

O grande problema que Tocqueville abordou em sua obra *A Democracia Americana* é como manter e ampliar a igualdade entre as pessoas preservando as liberdades individuais. Em sua análise, Tocqueville mesmo no século XIX entendeu que os Estados Unidos não seria o melhor exemplo de igualdade, por haver em seu território desigualdade racial o que levaria a uma desigualdade social. Tocqueville, compreendeu que mesmo naquele momento os Estados Unidos já apresentavam

uma proposta de aumento da igualização, preservando as liberdades individuais. Para Tocqueville, quanto maior o número de pessoas iguais e mantendo as liberdades, mais democrata seria o Estado. Tocqueville não está falando apenas em igualdade econômica, social, racial e cultural, ele está falando em todos os aspectos de igualdade e ela deve ser mantida entre as pessoas e devem também ser ampliadas, sem perder as liberdades individuais.

Mas esse processo de igualização, mantendo as liberdades, podem gerar alguns perigos. Quais seriam esses perigos? Para o autor seria uma espécie de ditadura da maioria, o que quer dizer, que ampliando as igualdades, permitindo que as pessoas fossem cada vez mais iguais, pode se chegar a um patamar que todos são iguais, inclusive no modo de pensar, e esse processo de pensar de forma igualitária pode levar a uma massificação de ideias que o autor vai chamar de ditadura da maioria. Onde todos pensam de forma igual, se expressa de forma igual, não há espaço para o diferente; espaço para aqueles que têm uma postura diferente, uma ideia diferente, um comportamento diferente. Nesse caso a massa se impõe, calando as minorias, os que pensam diferente. Isso, portanto vai cercear as liberdades.

O outro perigo que Tocqueville apresenta, está ligado ao aumento das liberdades individuais. As liberdades individuais fazem com que as pessoas vivam a sua individualidade, cada vez mais livres, pensando através de si mesmo, as pessoas começam a se fecharem, não participando do coletivo, preocupados apenas com sua renda, com sua estrutura individual, com sua família, e com o seu ego, portanto, afetando o coletivo. Na democracia, as decisões devem ser tomadas pelo coletivo, quanto menor a participação das pessoas, menor será o número de pessoas que decidem, então, essa liberdade demasiada pode levar a uma não participação política, configurando –se em um perigo, uma minoria vai tomar a decisão pelo restante da população.

Assim, temos dois perigos: um processo de massificação ou uma ditadura da maioria, que vai cerceando as liberdades individuais ou uma liberdade individual tamanha que leva as pessoas a não desejarem participar do processo decisório, abrindo espaço para os governos autocráticos, para as ditaduras, assim surgindo um Estado autoritário-despótico. Esses perigos podem ser evitados com a participação política dos cidadãos e a existência e manutenção de instituições

públicas. Quanto mais fraca for a participação política, mais facilmente se desenvolve a centralização administrativa e a convergência de poder do Estado.

Além de instituições que descentralize o poder e obrigue uma maior presença dos cidadãos, é indispensável a permanência de uma Constituição de leis que garantam o sustento das liberdades fundamentais. A democracia não deve ser apenas igualitária, deve fixar a liberdade, assegurada pela participação política. Igualdade sem liberdade é insustentável. Não há democracia sem participação popular. O cidadão tem que cobrar, tem que estar ativo, pois quanto maior for a participação popular, mais democrático será o Estado. Tem que haver instituições públicas fortes, organização de indivíduos em instituições públicas e nessas instituições participarem de debates e discussões e decidirem, portanto, tem que haver a coletividade. Segundo Tocqueville, é preciso estar em constante vigilância para não perder as liberdades.

Quando Tocqueville volta seu olhar para França, verifica a centralização administrativa. Tocqueville se pergunta: como evitar a centralização administrativa? Para o autor, é natural que os ocupantes do poder centralizem cada vez mais a administração. Dessa forma, os cidadãos devem lutar para que essa centralização não aconteça, assim, participar da vida política. Caso contrário, a tendência é que o poder se centralize cada vez mais, o que gera o despotismo.

Tocqueville observa que desde o Antigo Regime que a igualdade de condições levou a população francesa a ter um descaso pela liberdade política, o que culminou no aumento da burocracia e no aumento das atribuições do Estado.

Tocqueville acredita que, a partir do século XVIII, as relações de poder na França foram se modificando, levando a um prosseguimento progressivo das prerrogativas estatais e levando a perda das liberdades, nesse momento o Estado francês foi o seu defensor e guia. Tocqueville explicita que a medida que o governo for centralizando o seu poder político, a população se desapega de suas funções no poder público para encarregar-se dos seus próprios interesses. Com a saída dos populares de suas obrigações, da preocupação com o coletivo e da luta pela liberdade, leva, portanto, os cidadãos a um conformismo, o que se traduz em um perigo que seria a centralização administrativa mais tarde culminaria em um governo despótico.

Enfim, nosso estudo não encerra todo e qualquer questionamento acerca do pensamento de Tocqueville. O que se buscou, dentro de nossas limitações, foi apresentar os temores, sugestões e colocações de Tocqueville, que são temas centrais para o estudo da democracia contemporânea, evidenciando dessa forma sua pertinência e atualidade para nossos tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGULHON, Maurice. *1848 – O aprendizado da república*. Tradução: Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. Tradução: Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática; Brasília: UNB, 1988.

_____. *A dignidade da política - ensaios e conferências*. Tradução: Helena Martins [et al.]. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *Origens do totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____. *O que é política?* Tradução: Reynaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1990.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. Tradução: Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto, Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura. Brasília: UnB, 1982.

CHÂTELET, François. *História das ideias políticas*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Público, privado, despotismo*. In: Adauto Novaes. (Org). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 345-390.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Filosofia Política, n. 2, p. 9-25, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. São Paulo: EDUSC, 2005.

CLETO, Marcelo. *Liberdade em Alexis de Tocqueville*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. São Paulo, 2005.

CARVALHO, Daniel Gomes de. A Revolução Francesa dos historiadores: os trabalhos que formaram o nosso conhecimento sobre o tema (Artigo). In: *Café História – história feita com cliques*. Publicado em: 6 out. 2019.

CREMONESE, Dejalma. *Alexis de Tocqueville e os fundamentos cívicos da democracia na América*. Teorias e pesquisas: Revista de Ciências Políticas. São Carlos, v.23, n.1, 2014.

FURET, François. *Tocqueville e o problema da Revolução Francesa*. In: *Pensando a Revolução Francesa*. Tradução: Luiz Marques, Martha Gambini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREY, Klaus. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, 2000.

GREVE, Ronney. *Qual Liberalismo? Individualismo e Republicanismo em Alexis de Tocqueville*. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

GASPAR, Carlos. *Lições de Tocqueville*. In.: Instituto Português de Relações Internacionais – IPRI. Jul./ 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. Tradução: Maria Rodrigues, Hans Harden. Brasília: UNB, 1999.

HERÓDOTO. *História*. 2v. Tradução: Brito Broca. Rio de Janeiro: Jackson Editores, 1953.

HOBBSAWM, E. *A era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *A era do império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

JARDIN, André. *Alexis de Tocqueville*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

JAEGER, Werner. *Paidéia. A formação do homem grego*. Tradução: Artur Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville. A historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: Access, 1997a.

JASMIN, Marcelo Gantus; João Feres Júnior. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Loyola/Editora PUC-Rio, 2006.

_____. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: Access, 1997b.

_____. *Tocqueville, a providência e a história*. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 199-228. 1997c.

_____. *Da imaginação histórica na filosofia política de Tocqueville*. Belo Horizonte: Kriterion. n. 99, p. 54-63, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo. Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-RJ, 2014.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-RJ, 2006.

_____. *O Conceito de História*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

_____. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos históricos. Vol. 5, n. 10, p. 134-146.

KANT, Emmanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2004.

KURY, Mário da Gama. *Dicionário de mitologia grega e romana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução: Anoar Aiex, Jacy Monteiro. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LEBRUN, Gerard. *Esquecer Tocqueville?* In: *Passeios ao Léu*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Tradução: Eliana de Melo Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *Desafios da escrita política*. Tradução: Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

MANENT, Pierre. Tocqueville, Political Philosopher. In: WELCH, Cheryl B. (Org.). *The Cambridge Companion to Tocqueville*. Cambridge University Press: New York, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. "Discorsi". Tradução: Sérgio Bath. 4.ed. Brasília: UnB, 2000.

_____. *O príncipe e escritos políticos*. Tradução: Olívia Bauduch. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MILL, John Stuart. *Da liberdade*. Tradução: Jacy Monteiro. São Paulo: Ibrasa, 1963.

MONSTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *O espírito das leis*. Tradução: Fernando Henrique Cardoso. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PINSKY, Jaime .(org.) *Modo de Produção Feudal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Global, 1986.

- PLATÃO. *A república*. Tradução: Enrico Corvisieri. São Paulo: Abril Cultural, 1997.
- QUIRINO, Célia Nunes Galvão. *Tocqueville: a realidade da democracia e a liberdade ideal*. In: Célia Nunes Galvão Quirino, Cláudio Vouga, Gildo Brandão. (org). *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: Edusp, 1998.
- REIS, Helena Esser dos. A virtude na filosofia política de Tocqueville. *Goiânia: Filósofos – Revista de Filosofia*. Goiânia, v.4, n.2, Jul/dez.1999.
- _____. A importância das Associações para a democracia: uma análise segundo a perspectiva tocquevilliana. *Filósofos – Revista de Filosofia*. Goiânia, v.5, n.2, Jul./dez.2000.
- _____. Virtudes e Vícios da Democracia. *Filósofos – Revista de Filosofia*. Goiânia, v.11, n.1, jan./jun. 2006.
- _____. A verdade Provisória da democracia: uma análise do pensamento ético político de Alexis de Tocqueville. *Poliética – Revista de Ética e Filosofia Política*. São Paulo, v.1, n.1 2012.
- _____. Tocqueville e a Democracia. In: BARBOSA, Waldir (Org.). *Estado e Poder Político: da afirmação da hegemonia burguesa à defesa da revolução social*. Goiânia: Editora UCG, 2004, p.65-85.
- _____. Resenha de Tocqueville, A. O Antigo Regime e a Revolução. *Martins Fontes*, São Paulo, 2009, 344p.
- SARTRE, J. P. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução: Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril S.A., 1973.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A política teatral*. In: Tocqueville. *Lembranças de 1848*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *A etiqueta no Antigo Regime*. São Paulo: Moderna, 1998.
- ROUSSEAU, Jean Jaques. *O contrato social*. Tradução: Lourdes Santos Machado. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. 3. O tempo narrado. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- SÁ, Jonivan de Martins. *Tocqueville e o Dispositivo dos Valores Democráticos*. Rio Grande do Sul, UNIPAMPA. 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *O Antigo Regime e a Revolução*. Tradução: Jean Yvonne. 4.ed. Brasília: UnB, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck. *Lições da América: o problema do americanismo em Tocqueville*. In: Lua Nova, n. 30. 1993.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros – A reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.